



PESQUISAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS:

Grandes contribuições

Volume III

GABRIELLA ELDERETI MACHADO
ORGANIZADORA



TERRIED



PESQUISAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS:

Grandes contribuições

Volume III

GABRIELLA ELDERETI MACHADO
ORGANIZADORA



TERRIED

3.^a Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Capa idealizada por Carlos Norberto Stumpf Bento



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas Científicas brasileiras: Grandes contribuições
Volume III [livro eletrônico] / Organizadora: Gabriella
Eldereti Machado. -- 3. ed. -- Alegrete, RS : Editora
TerriED, 2024.

PDF

ISBN 978-65-84959-66-8

1. Educação

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino 610.1



10.48209/978-65-84959-68-2



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: DISCURSO DE RESISTÊNCIA EM CENÁRIO DE CRISE DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO.....	6
--	----------

Janaína Buchweitz e Silva

doi: 10.48209/978-65-84959-68-1

CAPÍTULO 2: DESAFIANDO AS ADVERSIDADES: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES DESFAVORECIDOS.....	18
---	-----------

Leonarda Carvalho de Macedo

doi: 10.48209/978-65-84959-68-3

CAPÍTULO 3: TENDÊNCIA DA SÍFILIS EM GESTANTES: INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CASOS.....	29
---	-----------

Érica Rodrigues Alexandre

Dilene Fontinele Catunda Melo

doi: 10.48209/978-65-84959-68-4

CAPÍTULO 4: PROPRIEDADE INTELECTUAL E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.....	47
---	-----------

Pollyanna Paganoto Moura

doi: 10.48209/978-65-84959-68-5

CAPÍTULO 5: ADAPTAÇÕES DO MÉTODO FÔNICO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA...	74
---	-----------

Leonarda Carvalho de Macedo

doi: 10.48209/978-65-84959-68-6

SOBRE A ORGANIZADORA.....	85
----------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

DISCURSO DE RESISTÊNCIA EM CENÁRIO DE CRISE DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO DE CASO

Janaína Buchweitz e Silva¹

Doi: 10.48209/978-65-84959-68-1

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise sobre práticas discursivas, partindo da análise de um discurso que defende a manutenção dos direitos humanos em oposição a outro que visa a manutenção das formas de dominação. Para tanto, se utilizará de apanhado teórico sobre princípios e procedimentos da análise do discurso, partindo dos fundamentos propostos por Orlandi (2010), além de considerações sobre interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva, a partir de reflexões de Courtine (2014), e também da ideia de discurso enquanto possibilidade de exercício da violência simbólica a partir de Žižek (2014), apontando assim para a possibilidade do discurso enquanto forma de resistência em meio à crise democrática.

Palavras-chave: discurso político; resistência; memória discursiva

¹ Graduada em Letras- Habilitação em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Pelotas (2002). Especialista em Língua Espanhola (UCPel - 2004), Especialista em Educação (UFPel - 2009), e Especialista em Educação para a Diversidade (UFRGS - 2014). Mestra em Letras - Área de Literatura Comparada (UFPel - 2017). Graduada em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela ULBRA Canoas (2019). Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (2023). Áreas de interesse: escritas de si, autoficção, autobiografia, testemunho, literatura brasileira contemporânea, literatura e ditadura, literatura de autoria feminina. Filiação institucional: Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail: janaesilva@yahoo.com.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9911-2840>

INTRODUÇÃO

Partindo das premissas básicas da análise do discurso, tais como condições de produção, interpelação ideológica, memória discursiva, interdiscurso e intra-discurso, o presente trabalho visa analisar dois discursos: um do atual presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, que na análise é considerado como relacionado à manutenção das formas de dominação, e outro manifestado através de nota da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que na presente análise será considerado a partir da ideia de manutenção da defesa dos direitos humanos. Com isso, o corpus de pesquisa será composto por duas manifestações, uma oral e outra escrita, ambas realizadas no dia 29/07/2019. Será analisado o discurso do presidente da república Jair Bolsonaro, que no dia 29/07/2019, em entrevista a emissoras locais, fez polêmica declaração sobre o destino final de um desaparecido político do período da ditadura militar brasileira que ocorreu entre 1964 a 1985, sendo o referido desaparecido, Fernando Santa Cruz, o pai do então presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O discurso é o lugar de produção de sentidos e também de processo de identificação de sujeitos, além do local em que o simbólico e o político se articulam através da linguagem, em uma prática social e histórica. Partindo da ideia de que o discurso é opaco e de que não há neutralidade em seu uso, a Análise do Discurso visa apresentar uma reflexão sistematizada sobre os sentidos do discurso e suas relações com o simbólico e o político. Nesse sentido, faz-se também importante a reflexão sobre as relações entre discurso e memória, na medida em que a partir do discurso algumas memórias serão estabelecidas e estabilizadas, e outras serão apagadas. Nas palavras de Orlandi (2010):

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e

a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.(ORLANDI, 2010, p.15)

Para tanto, o analista de discurso deve considerar as *condições de produção*, que compõem, dentre outros, as situações em que se produz o dizer e as relações entre a língua e os sujeitos que a usam. As *condições de produção* de um discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória. Sobre as *condições de produção* de um discurso, Orlandi comenta que:

As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, nesse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2010, p.39)

As circunstâncias da enunciação, em sentido estrito, dizem respeito ao contexto imediato; já o contexto sócio-histórico e ideológico dizem respeito ao sentido amplo das condições de produção. Pêcheux (1997, p.75) denomina o termo como “o estudo da ligação entre as ‘circunstâncias’ de um discurso”. No entanto, em outro momento, Pêcheux e Fuchs (1997) afirmam que essa noção pode ser ambígua. Para Courtine (2014), as *condições de produção* compreendem o conjunto de dados não linguísticos que organizam um ato de enunciação. Já sobre a *relação de forças* propiciada pelo discurso, Orlandi (2010) comenta que:

Finalmente, temos a chamada relação de forças. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 2010, p.39-40)

Outro fator importante é a questão da interpelação ideológica: Orlandi fundamenta seus estudos a partir de Pêcheux (1975), para quem “não há dis-

curso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”, defendendo ainda que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2010, p.21). A autora entende que a ideologia se caracteriza “pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.” (ORLANDI, 2012, p.22). Sendo assim, a instância ideológica que contribui para a reprodução das relações sociais vem do assujeitamento do sujeito, que se constitui a partir de suas condições de existência:

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2010, p.26)

Também sobre a ideologia, Zizek (2014) menciona que certos traumas, atitudes e normas de vida deixaram de ser percebidos como ideologicamente marcados, tornando-se aparentemente neutros e não ideológicos. Sobre a tentativa de neutralização da ideologia, o autor comenta que:

Chamamos ideologia aquilo que não se inscreve nesse pano de fundo: o zelo religioso extremo ou a dedicação a uma orientação política particular. Em termos hegelianos, o importante aqui seria o fato de que é precisamente a neutralização de certos traços num pano de fundo espontaneamente admitido o que marca a nossa ideologia em seu grau mais puro e eficaz. A dialética “coincidência dos contrários” consiste no seguinte: a atualização de uma ideia ou de uma ideologia em seu grau mais puro coincide com ou, mais precisamente, manifesta-se como o seu contrário – como não ideologia. *Mutatis mutandis*, o mesmo vale para a violência. A violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos. (ZIZEK, 2014, p.41)

Assim, a Análise do Discurso possibilita a compreensão dos diferentes sentidos produzidos por um objeto simbólico, e sua significância para os sujei-

tos. Para que as relações entre sujeito e sentido sejam interpretadas, o analista deve formular uma questão que desencadeie uma análise, a partir da mobilização de conceitos diversos. Sobre as relações entre memória e discurso, Orlandi comenta que:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2010, p.31)

Já para Courtine, “A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos.” (COURTINE, 2014, p.105-106). Sobre a memória discursiva, o autor comenta que:

O mesmo acontece com os discursos políticos, a propósito dos quais a existência de uma memória discursiva remete a questões familiares à prática política (...): do que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada, ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição? (COURTINE, 2014, p.106)

Ainda segundo Orlandi (2010), o *interdiscurso* e o *intradiscurso* relacionam-se entre si, na medida em que o já dito sustenta a possibilidade de todo o dizer:

Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2010, p.32-33)

Sobre o interdiscurso, Orlandi observa que: “Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela rela-

ção com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012, p.59). Também sobre o interdiscurso, Courtine (2014) analisa que este opera regulamentando o deslocamento de fronteiras:

Para nós, o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras. (COURTINE, 2014, p.100)

O autor define o intradiscurso de uma sequência discursiva como “o lugar onde se realiza a *sequeencialização dos elementos do saber*” (COURTINE, 2014, p.101).

ANÁLISE DO CORPUS

Entende-se que o discurso de um presidente da república em exercício, recentemente eleito por voto popular, represente e influencie grande parte da população brasileira, nesse sentido, é extremamente preocupante uma declaração deste teor vinda do maior representante da nação, tendo em vista a *relação de forças* (Orlandi, 2010) que um presidente da república recentemente eleito pode exercer sobre seu eleitorado e sobre a população como um todo, na medida em que o cargo que ocupa exerce autoridade e influência.

A seguir, parte do discurso proferido por Jair Bolsonaro às emissoras de TV e que será um dos objetos de análise, com vistas a caracterizar as circunstâncias da enunciação:

Um dia, se o presidente da OAB quisesse saber como é que o pai dele desapareceu... no período militar eu conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto pra ele. Não é a minha versão. É a que a minha vivência... me fez chegar a essas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a ação

popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco. Tá ok? Veio a desaparecer no Rio de Janeiro. (BOLSONARO, 29/07/2019)²

Entende-se que o discurso proferido por Bolsonaro representa a posição de poder da classe dominante, além de representar o aparelho ideológico do estado e de funcionar como uma forma de violência simbólica. Por trás do discurso “isento” do presidente percebe-se uma série de falas de caráter preconceituoso, muitas delas inclusive instigando, de maneira implícita, a atos violentos. Nesse sentido, podemos entender que a não marcação da ideologia e da violência no discurso de Bolsonaro costumam caminhar juntas. Assim sendo, um interlocutor mais reflexivo e que esteja habituado e familiarizado com as falas de Bolsonaro tende a esperar dele manifestações de cunho agressivo e desrespeitoso; já um interlocutor mais ingênuo não conseguirá desenvolver este tipo de relação. Assim, cada sujeito fará sua interpretação de acordo com sua ideologia.

Já o discurso que defende a manutenção dos direitos humanos e que foi selecionado para a composição do corpus deste artigo consiste na nota lançada pela OAB após a declaração feita pelo presidente Jair Bolsonaro. Segue a nota de repúdio:

segunda-feira, 29 de julho de 2019 às 15h16

A Ordem dos Advogados do Brasil, através da sua Diretoria, do seu Conselho Pleno e do Colégio de Presidentes de Seccionais, tendo em vista manifestação do Senhor Presidente da República, na data de hoje, 29 de julho de 2019, vem a público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 44, da Lei nº 8.906/1994, dirigir-se à advocacia e à sociedade brasileira para afirmar o que segue:

1. Todas as autoridades do País, inclusive o Senhor Presidente da República, devem obediência à Constituição Federal, que instituiu nosso país como Estado Democrático de Direito e tem entre seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, na qual se inclui o direito ao respeito da memória dos mortos.
2. O cargo de mandatário da Chefia do Poder Executivo exige que seja exercido com equilíbrio e respeito aos valores constitucionais, sendo-lhe vedado atentar contra os direitos humanos, entre os quais os direitos políticos, individuais e sociais, bem assim contra o cumprimento das leis.
3. Apresentamos nossa solidariedade a todas as famílias daqueles que foram mortos, torturados ou desaparecidos, ao longo de nossa história, especialmente durante o Golpe Militar de 1964, inclusive a família de Fernando Santa

² Transcrição feita a partir do vídeo disponível no link. <https://www.youtube.com/watch?v=Dt-tj6YOsng&t=394s>.

Cruz, pai de Felipe Santa Cruz, atingidos por manifestações excessivas e de frivolidade extrema do Senhor Presidente da República.

4. A Ordem dos Advogados do Brasil, órgão máximo da advocacia brasileira, vai se manter firme no compromisso supremo de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, e os direitos humanos, bem assim a defesa da advocacia, especialmente, de seus direitos e prerrogativas, violados por autoridades que não conhecem as regras que garantem a existência de advogados e advogadas livres e independentes.

5. A diretoria, o Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB e o Colégio de Presidentes das 27 Seccionais da OAB repudiam as declarações do Senhor Presidente da República e permanecerão se posicionando contra qualquer tipo de retrocesso, na luta pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e contra a violação das prerrogativas profissionais.

Brasília, 29 de julho de 2019

Diretoria do Conselho Federal da OAB

Colégio de Presidentes da OAB

Conselho Pleno da OAB Nacional³

O acionamento da memória discursiva explicaria a reação imediata dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira às declarações feitas pelo seu presidente da república, na medida em que grande parte da população e também das instituições repudia os fatos ocorridos durante o regime ditatorial brasileiro. Por se tratar de um tema relevante para a sociedade, na medida em que rememora um dos momentos mais violentos da história do Brasil, o discurso do presidente gerou uma série de novas declarações e manifestações sobre o assunto. Retomando-se a questão da formação discursiva, o leitor tende a esperar que uma instituição como a Ordem dos Advogados do Brasil, que zela pela manutenção do estado democrático de direito, e que está diretamente relacionada à fala do então presidente Felipe Santa Cruz (pessoa afetada pelo discurso de Bolsonaro) manifeste-se em prol da defesa dos direitos humanos, e consequentemente em repúdio ao que foi explanado pelo presidente da república. Analisando o funcionamento do texto que compõe a nota, a começar pelo título “nota de repúdio”, já podemos esperar por um conteúdo que será opositor ao que foi explanado por Bolsonaro. Ao passo que a nota se posiciona contra qualquer tipo de retrocesso, é acionado o interdiscurso a partir da memória, posto que menciona um tempo do qual não se deseja o retorno (a ditadura civil-militar brasileira).

3 Nota disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/737208555/oab-publica-nota-de-repudio-as-declaracoes-do-presidente-jair-bolsonaro>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da ideia de *relação de sentidos* proposta por Orlandi (2010), entende-se que o discurso proferido por Bolsonaro está relacionado a uma série de outros discursos enunciados anteriormente, muitos deles, inclusive, pelo próprio presidente. A partir do discurso podemos interpretar que Bolsonaro (que foi militar no período da ditadura brasileira) tem acesso a informações sobre fatos ocorridos com o citado desaparecido político no período da ditadura desde a época de seu desaparecimento, que ocorreu na década de 70. O discurso de Bolsonaro insere-se em um contexto em que há uma mistura de ameaça e deboche: “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu... Eu conto pra ele.”, na medida em que ele ameaça prestar informações sobre o desaparecimento do pai do presidente da OAB mas não o faz, ocasionando um não-dito marcado pelo silêncio⁴, cujo tom de ameaça insere-se em uma política do medo. Zizek (2014) entende o medo enquanto um princípio mobilizador da contemporaneidade, em que: “A correção política é a forma liberal exemplar da política do medo. Uma (pós-) política dessa natureza assenta-se sempre na manipulação de um *ochlos* ou de uma multidão paranoica: é a união assustadora de pessoas aterrorizadas.” (ZIZEK, 2014, p.46). Já Orlandi percebe o silêncio enquanto uma forma de manifestação no campo da análise do discurso, em que o silêncio não fala, mas significa: “Se traduzimos o silêncio em palavras há transferência, logo, deslizamento de sentidos, o que produz outros efeitos. Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significativa, ele tem sua forma material específica” (ORLANDI, 2012, p.129)

Analizando a questão do silenciamento e do não dito a partir do discurso de Jair Bolsonaro, podemos entender que se o presidente tivesse concluído a informação sobre o paradeiro do corpo de Fernando Santa Cruz, o pai do presidente da OAB, o efeito de discurso produzido teria sido totalmente diferente do que foi produzido pelo não dito, pelo insinuado.

4 Seguindo a ideia de política do silêncio proposta por Orlandi (2012), este poderia ser classificado como um caso de silêncio constitutivo, na medida em que “nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos.”(ORLANDI, 2012, p.128)

Avaliando as condições de produção dos discursos deste estudo, ou seja, o contexto sócio-histórico e ideológico atual, é possível tecer algumas considerações que justificam o cenário de crise democrática atualmente vivenciado. Segundo Zizek (2014), a sociedade atual é imensamente frustrada, tanto do ponto de vista pessoal quanto coletivo, e está inserida em um processo de exclusão que propicia a violência sob suas mais diversas formas. Para o autor, a violência é composta por um triunvirato que se relaciona de maneira bastante complexa: a violência subjetiva, a violência objetiva simbólica e a violência objetiva sistêmica, sendo a violência subjetiva a parte mais facilmente verificável. A violência objetiva sistêmica estaria relacionada às consequências do funcionamento dos sistemas econômico e político, e a violência objetiva simbólica estaria encarnada na linguagem e suas formas, e se faria evidente nos casos de dominação social que são reproduzidos pelo discurso. Zizek chama a atenção para o perigo da invisibilidade da violência objetiva: “A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento.” (ZIZEK, 2014, p.18). Para o autor, as atuais relações de dominação e exploração são sustentadas pela violência objetiva sistêmica, e tornam possível a violência real. Podemos compreender o discurso de Bolsonaro enquanto uma forma de violência objetiva simbólica, que se dá através do discurso do dominante.

Entende-se que o discurso do atual presidente represente o discurso do dominante, que além de branco, homem e heterossexual, ao longo de toda sua vida pública prestou uma série de declarações de cunho assumidamente preconceituoso, racista e homofóbico, caracterizando assim uma posição discursiva marcada pela manutenção das formas de dominação. Os discursos do presidente se relacionam entre si, sendo muitas das declarações preconceituosas constantemente retomadas por ele mesmo.

Ainda pensando no modo de funcionamento do discurso, a fala de Bolsonaro pode ser caracterizada como de teor autoritário, na medida em que o presidente se apropria da história vivenciada por outra pessoa (e que não está mais aqui para

se defender), apresentando-se como o único detentor da verdade. Entende-se ainda que Bolsonaro coloca-se como agente exclusivo do discurso quando afirma ser o detentor da verdade, colocando assim o presidente da OAB em uma situação de apagamento. Além disso, por tratar-se de um sujeito que habitualmente manifesta-se de maneira inadequada e inapropriada perante os cargos que ocupa, o presidente faz parte de uma *formação discursiva* baseada em uma *formação ideológica* que se manifesta em expressões muitas das vezes desrespeitosas e preconceituosas. No entanto, em grande parte das vezes em que o atual presidente se manifesta, tende a marcar seu discurso como “politicamente correto”, e “isento de ideologia”.

Em uma fala aparentemente informal, em que o presidente não se planejou para fazer determinadas declarações (como faria em uma entrevista, ou coletiva agendada, por exemplo), podemos interpretar que o presidente tenha sido acometido por uma espécie de ato falho, e tenha prestado uma informação de caráter confidencial sem pensar nas consequências e na repercussão negativa de seu discurso. Bolsonaro utiliza-se ainda dos termos ‘sanguinário’ e ‘violento’ para caracterizar o grupo ao qual o desaparecido pertencia, como uma espécie de justificativa para seu desaparecimento, que ainda é descrito por Bolsonaro de maneira passiva: ‘veio a desaparecer’. Podemos interpretar ainda que a memória discursiva sobre o período ditatorial brasileiro está presente no discurso de Bolsonaro, que se apresenta enquanto um militar, e consequentemente o único detentor da verdade, ao menos para ele mesmo. Em uma relação entre interdiscurso e intradiscurso, em que a formulação é determinada pela constituição, aciona-se uma memória discursiva sobre o período da ditadura que possibilita o sentido do discurso do presidente da maneira como o concebemos, e que cada um interpreta de acordo com sua formação discursiva e ideológica.

Podemos entender, a partir das definições de Orlandi (2010) e Courtine (2014), que a nota da OAB é um intradiscurso que ativa o interdiscurso e a memória discursiva sobre o período ditatorial brasileiro, ao mencionar os mortos, torturados e desaparecidos políticos durante o período ditatorial. Assim sendo,

podemos concluir que interdiscurso e intradiscurso irão se tocar dentro do enunciado proposto pela nota da OAB, estando o intradiscurso no nível da formulação discursiva apresentada na enunciação, enquanto o interdiscurso carrega a memória discursiva e os elementos do saber, tudo aquilo que já foi mencionado anteriormente, já que o sujeito faz parte de uma formação discursiva que se constitui pela memória. Entende-se, assim, que a posição sujeito apresentada na nota da OAB aponta para formações discursivas e ideológicas que visam combater o discurso dominante, e por isso formula o que pode ser considerado como um discurso de resistência em um cenário de crise democrática.

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (1969). In: GADET, Françoise; HAK, T Tony. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p.61-161.

_____. FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAPÍTULO 2

DESAFIANDO AS ADVERSIDADES: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES DESFAVORECIDOS

Leonarda Carvalho de Macedo

Doi: 10.48209/978-65-84959-68-3

Resumo: Este artigo discute estratégias eficazes para enfrentar as adversidades no ambiente escolar, incluindo parcerias com a comunidade, programas de tutoria, diferenciação do ensino e educação socioemocional. Destaca-se a importância da colaboração entre educadores, famílias e comunidades para criar um ambiente escolar inclusivo e capacitador.

Palavras-chave: Adversidades, Estratégias, Ambiente Escolar, Aprendizagem, Colaboração.

Abstract: This article discusses effective strategies for coping with adversity in the school setting, including community partnerships, tutoring programs, teaching differentiation, and social-emotional education. It highlights the importance of collaboration between educators, families, and communities to create an inclusive and empowering school environment.

Keywords: Adversities, Strategies, School Environment, Learning, Collaboration.

No dia a dia escolar, as adversidades em ambientes desfavorecidos representam um desafio constante que exige atenção imediata e a implementação de novas práticas pedagógicas. Esses ambientes muitas vezes enfrentam dificuldades como falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada e problemas sociais, todos os quais afetam diretamente o processo de aprendizagem dos alunos. Diante desse cenário, é essencial desenvolver estratégias educacionais inovadoras e adaptáveis que possam superar essas adversidades e proporcionar um ambiente de aprendizagem eficaz e inclusivo.

É urgente que os educadores adotem uma abordagem proativa para enfrentar esses desafios, capacitando-se com ferramentas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos em ambientes desfavorecidos. Isso envolve não apenas a implementação de métodos de ensino diferenciados, mas também o cultivo de um ambiente escolar que promova a resiliência, a confiança e a participação de todos os alunos. Somente por meio de estratégias pedagógicas que desafiam as adversidades presentes no cotidiano escolar será possível garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade premente de abordar e enfrentar os desafios enfrentados por escolas localizadas em ambientes desfavorecidos. Em muitas comunidades, a falta de recursos financeiros, infraestrutura precária e problemas sociais significativos criam barreiras significativas para a promoção da aprendizagem eficaz. Essas adversidades afetam diretamente o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, perpetuando ciclos de desigualdade educacional e social. Portanto, torna-se fundamental explorar e desenvolver estratégias pedagógicas inovadoras que possam superar esses obstáculos, promovendo um ambiente escolar inclusivo e capacitador. Ao desafiar as adversidades presentes no cotidiano escolar, os educadores podem desempenhar um papel essencial na promoção da equidade educacional e na garantia de oportunidades de aprendizagem significativas para todos os alunos, independentemente de seu contexto socioeconômico.

O objetivo desta pesquisa é investigar e apresentar estratégias pedagógicas eficazes que possam desafiar as adversidades presentes em ambientes desfavorecidos, com o intuito de promover aprendizagens significativas e equitativas. Por meio da análise de diferentes abordagens e experiências bem-sucedidas, busca-se identificar práticas que possam ser replicadas e adaptadas por educadores, capacitando-os a oferecer um ambiente escolar inclusivo e capacitador, onde todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A descrição das principais adversidades enfrentadas por escolas e comunidades desfavorecidas, como falta de recursos financeiros, infraestrutura precária, violência e outros desafios, pode ser elaborada da seguinte forma, incluindo citações de autores relevantes:

Em sua obra “Pedagogia da Esperança”, Paulo Freire ressalta a importância de reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas escolas em ambientes desfavorecidos, afirmando que “a educação não pode ser reduzida à adaptação ingênua aos problemas da sociedade, mas deve ser uma prática de liberdade que enfrenta as adversidades e promove a transformação social” (Freire, 1994, p. XX). Nesse contexto, é comum encontrar escolas que lidam com a falta crônica de recursos financeiros, o que compromete diretamente a qualidade do ensino e o acesso a materiais educacionais adequados (Coll, 2000, p. 75). Além disso, a infraestrutura precária dessas instituições, muitas vezes carentes de espaços adequados para o aprendizado, contribui para a perpetuação das desigualdades educacionais (Dewey, 1916, p. 102).

A violência também representa um desafio significativo para as escolas em ambientes desfavorecidos, criando um clima de insegurança que afeta tanto alunos quanto professores (Freire, 1996, p. 45). Conforme observado por César Coll em “Psicologia e Currículo”, a violência nas escolas pode comprometer o

ambiente de aprendizagem e dificultar o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos (Coll, 1999, p. 112). Essas adversidades, entre outras, destacam a necessidade urgente de desenvolver estratégias pedagógicas que possam enfrentar esses desafios e promover uma educação de qualidade e inclusiva em ambientes desfavorecidos.

A violência social, muitas vezes mascarada pela negligência familiar e pela falta de compromisso e responsabilidade dos adultos, representa uma das principais adversidades enfrentadas por escolas e comunidades desfavorecidas. Paulo Freire observa que “a violência não se manifesta apenas de forma física, mas também através da omissão e da falta de cuidado com o desenvolvimento integral das crianças” (Freire, 1970, p. 88). Essa omissão por parte das famílias pode resultar em crianças expostas a ambientes hostis e perigosos, afetando negativamente seu bem-estar emocional e social (Dewey, 1916, p. 205).

César Coll destaca que a falta de apoio emocional e afetivo por parte das famílias pode ter sérias repercussões no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos, contribuindo para o surgimento de comportamentos disruptivos e dificuldades de aprendizagem (Coll, 1999, p. 156). Além disso, a ausência de modelos positivos de comportamento e a falta de supervisão dos pais podem deixar os alunos vulneráveis à influência negativa de pares e à exploração por parte de grupos criminosos (Freire, 1996, p. 112).

Portanto, é essencial abordar não apenas os desafios educacionais, mas também as causas subjacentes da violência social e da negligência familiar, para desenvolver estratégias pedagógicas eficazes que possam promover um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício à aprendizagem.

A análise dos impactos dessas adversidades no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos revela consequências profundas e multifacetadas. Anísio Teixeira, em suas obras sobre educação pública, destaca que as condições precárias das escolas em ambientes desfavorecidos podem gerar um ambiente pouco estimulante para o aprendizado, dificultando a concentração e a motivação dos alunos (Teixeira, 1969, p. 45). Pedro Demo complementa essa

visão, argumentando que a falta de recursos e infraestrutura adequados pode limitar as oportunidades de participação ativa dos alunos no processo educacional, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo e social (Demo, 2001, p. 78).

Antonio Nóvoa, em suas reflexões sobre a formação de professores, destaca que os educadores em ambientes desfavorecidos muitas vezes enfrentam desafios adicionais para atender às necessidades diversificadas dos alunos, devido às limitações estruturais e de recursos (Nóvoa, 2000, p. 102). Além disso, as adversidades sociais enfrentadas pelos alunos podem impactar negativamente sua autoestima, confiança e interesse pela escola, comprometendo seu engajamento e desempenho acadêmico (Vygotsky, 1978, p. 90).

Esses desafios também têm um impacto direto na saúde emocional dos alunos. A violência social e a instabilidade familiar podem gerar ansiedade, estresse e traumas psicológicos, dificultando a concentração em sala de aula e prejudicando a aprendizagem (Freire, 1994, p. 112). Como observa Vygotsky, a aprendizagem é um processo intrinsecamente ligado ao contexto social e emocional do aluno, sendo fundamental abordar esses aspectos para promover um desenvolvimento integral e significativo (Vygotsky, 1978, p. 125).

Portanto, fica evidente que as adversidades presentes em ambientes desfavorecidos têm um impacto significativo no processo educacional e no desenvolvimento integral dos alunos. Esses desafios destacam a necessidade urgente de desenvolver estratégias pedagógicas sensíveis ao contexto, que possam superar as barreiras enfrentadas pelos educadores e alunos, promovendo uma educação de qualidade e equitativa para todos.

ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR ADVERSIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

No contexto educacional, é crucial reconhecer e enfrentar os desafios que muitas escolas e comunidades enfrentam diariamente. Adversidades como falta de recursos financeiros, infraestrutura precária, violência, entre outros, podem impactar significativamente o processo de ensino-aprendizagem e o desenvol-

vimento dos alunos. No entanto, é possível superar essas dificuldades por meio de estratégias e práticas pedagógicas eficazes, que visam promover um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e capacitador. Neste contexto, discutiremos a seguir diversas estratégias que podem ser implementadas para enfrentar essas adversidades e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

1. Desenvolvimento de parcerias com a comunidade local para fornecer suporte adicional aos alunos:

- Esta estratégia envolve estabelecer colaborações com instituições, empresas e organizações locais para oferecer recursos, programas e serviços que atendam às necessidades dos alunos. Como observado por Epstein (2010), parcerias entre escolas e comunidades podem promover o envolvimento dos pais na educação de seus filhos, fornecer mentoria e orientação profissional, além de acesso a serviços de saúde e assistência social.

2. Implementação de programas de tutoria ou mentoria para oferecer apoio acadêmico e emocional:

- Os programas de tutoria ou mentoria são fundamentais para oferecer apoio individualizado aos alunos, ajudando-os a superar desafios acadêmicos e emocionais. Segundo Hamre e Pianta (2006), a relação de apoio entre mentor e aluno pode melhorar a autoestima, a motivação e o desempenho acadêmico, além de promover o desenvolvimento socioemocional.

3. Adoção de abordagens diferenciadas de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos:

- Esta estratégia envolve adaptar o ensino para atender às diversas habilidades, estilos de aprendizagem e interesses dos alunos. Como destaca Tomlinson (2000), a diferenciação instrucional permite que os educadores personalizem o ensino, oferecendo desafios apropriados e suporte adicional conforme necessário, o que pode levar a um maior engajamento e sucesso acadêmico dos alunos.

4. Integração de práticas de educação socioemocional para promover a resiliência e o bem-estar dos alunos:

- A educação socioemocional visa desenvolver habilidades sociais, emocionais e de resolução de problemas nos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios da vida. Segundo Durlak et al. (2011), programas de educação socioemocional demonstraram melhorar o clima escolar, reduzir comportamentos problemáticos e promover um ambiente de aprendizagem mais positivo.

5. Uso de tecnologia educacional para facilitar o acesso ao aprendizado e aumentar o engajamento dos alunos:

- A tecnologia educacional pode ser uma ferramenta poderosa para personalizar o aprendizado, oferecer recursos interativos e ampliar o acesso à educação. Como mencionado por Johnson et al. (2015), o uso de tecnologia na sala de aula pode motivar os alunos, promover a colaboração e expandir as oportunidades de aprendizagem.

6. Capacitação e apoio contínuo aos professores para lidar com desafios específicos do contexto escolar:

- Os professores desempenham um papel crucial na implementação de estratégias eficazes e na promoção do sucesso dos alunos. Investir em desenvolvimento profissional contínuo e apoio emocional pode ajudar os educadores a lidar com desafios específicos do contexto escolar. Como mencionado por Darling-Hammond (2009), programas de desenvolvimento profissional baseados em pesquisa podem fortalecer as práticas de ensino e aumentar a eficácia do professor.

7. Fomento de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade e promova a equidade:

- Um ambiente escolar inclusivo e acolhedor é fundamental para o sucesso de todos os alunos, independentemente de suas origens ou circunstâncias.

Como observado por Gay (2018), promover a diversidade e a equidade na escola não apenas fortalece a comunidade escolar, mas também prepara os alunos para viver e trabalhar em uma sociedade multicultural.

ANÁLISE DOS PONTOS FORTES E LIMITAÇÕES

1. Desenvolvimento de parcerias com a comunidade local

- *Pontos Fortes:* Fortalece os laços entre escola e comunidade, ampliando os recursos disponíveis para os alunos.
- *Limitações:* Pode exigir tempo e esforço significativos para estabelecer e manter parcerias eficazes.

2. Implementação de programas de tutoria ou mentoria

- *Pontos Fortes:* Oferece apoio individualizado aos alunos, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e emocional.
- *Limitações:* Pode ser difícil encontrar mentores qualificados e garantir a consistência do programa ao longo do tempo.

3. Adoção de abordagens diferenciadas de ensino

- *Pontos Fortes:* Atende às necessidades individuais dos alunos, promovendo maior engajamento e compreensão.
- *Limitações:* Requer tempo e recursos adicionais para planejar e implementar atividades diferenciadas para cada aluno.

4. Integração de práticas de educação socioemocional

- *Pontos Fortes:* Promove habilidades essenciais para a vida, como resiliência e autoconsciência, que são fundamentais para o sucesso acadêmico e pessoal.
- *Limitações:* Pode haver resistência por parte dos educadores ou falta de treinamento adequado para implementar programas de educação socioemocional de forma eficaz.

5. Uso de tecnologia educacional

- *Pontos Fortes:* Facilita o acesso ao aprendizado e pode aumentar a motivação e o engajamento dos alunos.
- *Limitações:* Nem todos os alunos podem ter acesso igualitário à tecnologia, e seu uso inadequado pode ser prejudicial.

6. Capacitação e apoio contínuo aos professores

- *Pontos Fortes:* Capacita os educadores para lidar com desafios específicos do ambiente escolar e promove o desenvolvimento profissional.
- *Limitações:* Pode ser difícil encontrar tempo e recursos para oferecer treinamento e apoio contínuo aos professores.

7. Fomento de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor

- *Pontos Fortes:* Cria um ambiente propício ao aprendizado, onde todos os alunos se sentem valorizados e apoiados.
- *Limitações:* Requer uma mudança cultural e estrutural significativa na escola, o que pode levar tempo e esforço para ser alcançado.

REFLEXÃO SOBRE FATORES-CHAVE

Os fatores-chave para o sucesso na implementação dessas estratégias incluem o compromisso da equipe escolar, a colaboração com a comunidade, o apoio administrativo, o desenvolvimento profissional dos educadores e o envolvimento dos alunos e suas famílias. Além disso, a adaptação das estratégias para atender às necessidades específicas do contexto escolar e dos alunos é essencial para garantir sua eficácia.

Cada uma das estratégias apresentadas desempenha um papel único e complementar na promoção de um ambiente escolar inclusivo e capacitador. Ao combinar diferentes abordagens, as escolas podem superar uma variedade de desafios e criar oportunidades significativas de aprendizagem para todos os alunos. No entanto, é importante reconhecer que não existe uma solução única para todas

as adversidades enfrentadas pelas escolas, e a implementação bem-sucedida das estratégias requer planejamento cuidadoso, recursos adequados e comprometimento de todas as partes interessadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, exploramos uma série de estratégias destinadas a superar as adversidades enfrentadas por escolas e comunidades desfavorecidas. Desde o desenvolvimento de parcerias com a comunidade local até a implementação de programas de educação socioemocional, cada estratégia abordada desempenha um papel fundamental na promoção de um ambiente escolar inclusivo e capacitador. Reconhecemos que as adversidades enfrentadas pelas escolas muitas vezes são complexas e multifacetadas, requerendo abordagens igualmente diversificadas para superá-las com sucesso.

A importância de adotar abordagens multifacetadas e colaborativas para enfrentar as adversidades não pode ser subestimada. Ao reconhecer que não existe uma solução única para todos os desafios, as escolas podem se beneficiar ao implementar uma combinação de estratégias que abordam as necessidades variadas de seus alunos e comunidades. A colaboração entre educadores, famílias, comunidades e instituições pode enriquecer o ambiente escolar, oferecendo recursos, apoio e experiências que transcendem os limites da sala de aula.

Além disso, a abordagem colaborativa para superar as adversidades fortalece os laços entre escola e comunidade, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada pelo sucesso dos alunos. Quando educadores, pais, líderes comunitários e outros parceiros trabalham juntos em prol de um objetivo comum, podem superar barreiras que pareciam insuperáveis individualmente.

Em última análise, reconhecemos que superar as adversidades no ambiente escolar requer um compromisso contínuo e colaborativo de todas as partes

interessadas. Ao implementar abordagens multifacetadas, centradas no aluno e baseadas na comunidade, as escolas podem criar um ambiente que valoriza a diversidade, promove a equidade e oferece oportunidades de aprendizagem significativas para todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais.

REFERÊNCIAS

Teixeira, A. (1969). Educação não é privilégio. Editora UFMG.

Freire, P. (1994). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra.

Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Harvard University Press.

Coll, C. (2001). Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Editora Ática.

Dewey, J. (2001). Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação. Editora Nacional.

CAPÍTULO 3

TENDÊNCIA DA SÍFILIS EM GESTANTES: INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CASOS

Érica Rodrigues Alexandre¹

Dilene Fontinele Catunda Melo²

Doi: 10.48209/978-65-84959-68-4

Resumo: O presente artigo objetiva descrever a experiência de atuação do residente na implantação de um instrumento de monitoramento do tratamento da sífilis gestacional no município de Iguatu – Ceará. Observou-se as ações realizadas pela coordenação de Atenção Básica nas 36 equipes de saúde da família do município, no período de Agosto de 2022 a Julho de 2023. Visando a melhoria dos indicadores de sífilis, ampliou-se

1 Possui Graduação em Enfermagem pela Faculdade Princesa do Oeste (2021). Atualmente é pós-graduanda em Saúde Coletiva na modalidade de Residência Multiprofissional pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Vínculo: Escola de Saúde Pública do Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9637-9494>

2 Possui Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Enfermagem Clínica: ênfase nos aspectos patológicos e fisiológicos do cuidar pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará e MBA em Auditoria e Gestão pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. Possui Mestrado Acadêmico em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Docente das disciplinas Bases Para o Processo de Cuidar em Enfermagem, Semiotécnica em Enfermagem e Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Faculdade Princesa do Oeste (FPO), em Crateús-Ceará. Atua na Atenção Primária à Saúde, localidade Venâncios do Município de Crateús-Ceará. Atuou como Preceptora de Núcleo Enfermagem na Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública do Ceará, dos anos de 2015 a 2019. Pesquisadora com área de concentração: Saúde Coletiva, Gestão, Saúde Mental, Cuidados de Enfermagem.

Vínculo: Secretaria Municipal de Saúde de Crateús.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9525-9389>

as tecnologias leve-duras de monitoramento para o enfrentamento da sífilis gestacional e eliminação da transmissão vertical do HIV e sífilis. As fichas analisadas foram: “Acompanhamento da gestante com sífilis” e “Acompanhamento da criança exposta ou com sífilis congênita”. As vulnerabilidades e desafios foram a adesão do parceiro ao tratamento e manutenção de registros qualificados no prontuário da gestante. Todavia, os avanços observados que incluíram a sífilis na agenda prioritária das ações, e o monitoramento de testes precocemente expõem potencial de elevar o município para a certificação de eliminação vertical da doença.

Palavras-chave: Gestão em Saúde. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolos Clínicos. Sífilis.

INTRODUÇÃO

A sífilis é caracterizada como uma doença sistêmica de evolução crônica que possui múltiplos estágios e sinais clínicos variáveis com surtos agudos e períodos de latência quando não há tratamento (Gonçalves *et al.*, 2022). No ano de 2020, foram 115.371 casos de sífilis adquirida, 61.441 casos de sífilis em gestantes, 22.065 casos de sífilis congênita, e 186 óbitos por sífilis congênita (Brasil, 2021).

Apesar das taxas de notificação apresentarem discreta queda em todo o país, ressalta-se que a redução pode estar associada a uma subnotificação dos casos no SINAN, haja vista a mobilização local e nacional dos profissionais de saúde para o enfrentamento da pandemia de covid-19 (Brasil, 2021).

A transmissão da sífilis ocorre através do contato com as lesões infecciosas durante a relação sexual, no entanto, pode ser transmitida por transfusão de sangue ou verticalmente, por via transplacentária para o feto durante a gestação de uma mulher com sífilis sem tratamento ou com tratamento inadequado, resultando na sífilis congênita (OMS, 2022).

O pré-natal objetiva assegurar uma assistência segura à gestante e o conceito durante o período gestacional, diminuindo os possíveis riscos e intercorrências que estes venham a sofrer durante esse processo. Se for observado que

uma gestante testou positivo para sífilis, cabe ao profissional realizar a notificação compulsória do caso conforme a Portaria N° 33 de 14 de julho de 2005, e em seguida realizar a captação precoce dos parceiros sexuais para que estes sejam testados e tratados, evitando os casos de reincidência da infecção na gestante (Da Silva Mesquita *et al.*, 2022).

Nos casos de gestante com sífilis, a taxa de transmissão vertical da mãe para o feto está em torno de até 80% intraútero. A transmissão pode ocorrer, durante o parto vaginal, quando a mãe possui alguma lesão sifilítica, no entanto, a infecção fetal é influenciada pelo estágio da doença em que a mãe se encontra e pelo tempo de exposição que o feto passou (Brasil, 2022a).

Os autores Macêdo *et al.*, 2020, enfatizam ainda que é importante que todas as mulheres recebam triagem e tratamento precoce da sífilis durante o pré-natal, para permitir uma experiência de gravidez positiva, pois, o início tardio da assistência, número inadequado de consultas, não solicitação dos exames na primeira consulta de pré-natal e demora de entrega dos resultados, explicam a permanência de desfechos negativos.

A subnotificação da sífilis apresentou-se como agravante para o aumento dos casos, visto que houve uma redução de 1/3 na realização de procedimentos diagnósticos da doença em 2020, especialmente nos sete primeiros meses do ano, relacionado ao início da pandemia de COVID-19 (Backi; Pereira; Locatelli, 2022).

Partindo destes pressupostos a decisão em realizar este relato de experiência surgiu após uma equipe de residência multiprofissional em saúde coletiva, realizar a reflexão e discussão acerca do Grupo de Trabalho sobre manejo da sífilis gestacional no município de Iguatu - Ceará, onde observando as fragilidades, viu-se a necessidade de serem remodelados os instrumentos de monitoramento do esquema de tratamento da sífilis na APS para garantia do tratamento adequado em tempo oportuno, e partiu da seguinte pergunta norteadora: Como ocorreu a implantação de um instrumento de monitoramento do tratamento da sífilis gestacional no município de Iguatu - Ceará?

A Residência Integrada em Saúde (RIS) está embasada nos princípios do SUS, como estratégia de reorganização dos serviços públicos. É um programa de pós-graduação lato sensu, nas modalidades de residências multiprofissionais e em área profissional da saúde, possuindo um potencial na união entre formação e trabalho, através da integração entre gestão, profissionais dos serviços de saúde, profissionais residentes e usuários, na construção de uma saúde integral (Silva; Dalbello-Araujo, 2020).

Esse projeto se baseia nesta discussão para propor um levantamento de informações através do relato de experiência das estratégias adotadas pela gestão municipal e enfermeiros da APS no controle e monitoramento de casos de sífilis em gestantes durante o seu cotidiano de atendimento pré-natal.

A motivação para o presente estudo surge a partir das afinidades pessoais da pesquisadora pela assistência a saúde da mulher, e das observações enquanto residente, acerca das estratégias que a gestão municipal tem se utilizado para a captação precoce de gestantes com sífilis, bem como o correto acompanhamento de seu tratamento em tempo hábil no âmbito da APS durante os atendimentos de consulta de pré-natal com os enfermeiros.

Os enfermeiros que realizam o pré-natal são os principais atores envolvidos nesse cuidado, devendo então estar capacitados em sua prática assistencial para identificar de forma precoce essas gestantes, para um declínio dos casos de sífilis congênita e possíveis agravos decorrentes ao recém-nascido, dessa forma, salienta-se a importância da adoção de estratégias eficazes na captação e acompanhamento desses casos pela gestão dos serviços de saúde.

Destarte, o estudo objetiva relatar a experiência de atuação na residência integrada à saúde na implantação de um instrumento de monitoramento do tratamento da sífilis gestacional no município de Iguatu – Ceará.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um estudo qualitativo do tipo relato de experiência de caráter descritivo, elaborado a partir das perspectivas do profissional residente, baseando-se no método observacional de múltiplas atividades e estratégias realizadas no nível da coordenação de Atenção Básica (AB) municipal de Iguatu – Ceará.

A técnica metodológica utiliza a pesquisa participante, por tratar-se de um relato de experiência, interagindo e acompanhando as ações, e registrando descritivamente através do método observacional, os elementos observados e realizando análises e considerações do objeto de estudo ao longo da pesquisa (Gil, 2017).

A experiência foi desenvolvida na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Iguatu, sede da 18ª Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde (COADS), município com população estimada de 98.064 habitantes no ano de 2022, com área territorial de 992.208 km² localizado na microrregião de Iguatu e mesorregião Centro-Sul, no Estado do Ceará. Iguatu está a 300 km em linha reta da capital Fortaleza, e a 380 km por rodovia, estando limítrofe com os municípios: Quixelô (Norte); Cedro (Sudeste); Orós e Icó (Leste); e Cariús, Jucás e Acopiara (Oeste) (IBGE, 2023; Iguatu, 2023).

Na saúde do Município, a SMS que configura-se como território de atuação pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), no âmbito da Coordenação de AB do Município, deu-se como local de vivência dessa experiência.

Abrangidos pela Coordenação de AB do Município de Iguatu, estão 28 Unidades Básica de Saúde (UBS), as quais caracterizam-se em 36 equipes de Saúde da Família (eSF), subdivididas 25 na área urbana e 11 de área rural, onde as 36 equipes são supervisionadas mensalmente.

A experiência ocorreu com uma análise mensal até o décimo dia útil de cada mês na coordenação de AB, por tratar-se do período onde são realizados e

entregues os resultados das supervisões das 36 eSF para a referida coordenação, e em que foi possível identificar as estratégias em uso para o controle da sífilis, bem como a eficácia dos métodos utilizados junto aos coordenadores e participantes do Grupo De Trabalho (GT) da sífilis no município, sendo estas representações de cada serviço e vigilância que atua na saúde materna-infantil.

A experiência ocorreu entre os meses de Agosto de 2022 a Julho de 2023, abrangendo um (01) ano de observação da experiência conforme o cronograma previsto para esta experiência, considerando o início das atividades da residência em saúde coletiva na SMS e Coordenação de Atenção Primária como o marco inicial da experiência.

As ações mensais de análise da supervisão, foram realizadas com a finalidade de observar como se deu a melhoria do manejo e monitoramento da sífilis gestacional pelas equipes das unidades. Para registro foram realizadas anotações para descrição do conteúdo objeto da pesquisa e ordenação cronológica dos registros em arquivo diário de campo pessoal para as observações da pesquisadora, não necessitando de instrumento para coleta de dados por tratar-se de uma experiência vivenciada pela pesquisadora.

A presente pesquisa respeitou a integridade e anonimato dos dados observados durante a experiência, por tratar-se de um relato de experiência, a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa tornou-se dispensável.

DESCREVENDO A PROBLEMÁTICA

A experiência deu-se a partir do contato inicial com a SMS, com o enfermeiro coordenador responsável pelo gerenciamento da AB e o coordenador de recursos humanos com ênfase nos ACS e médicos.

As fichas de supervisão mensal realizadas pelos enfermeiros que atuam nas UBS do município eram distribuídas em pastas por ESF, e alocadas em estante específica para essa finalidade, organizadas e distribuídas por ordem alfabéti-

ca para melhor identificação facilitando o processo de busca quando necessário. Dentro de cada pasta, eram distribuídos os materiais essenciais que o enfermeiro deveria observar e coletar informações para os indicadores de saúde, a exemplo dos dados utilizados pelo programa Previnde Brasil.

Desde o ano de 2019, devido às discussões de mudança no modelo do financiamento da APS, lançou-se o Programa Previnde Brasil, que realiza o incentivo financeiro com base no critério populacional, capitação ponderada, incentivo para ações estratégicas e pagamento por desempenho. Neste pagamento por desempenho, foram definidos sete indicadores que representam ações essenciais de cuidado na APS, onde 4 indicadores estão voltados para a saúde da gestante, destacando-se o indicador 2 que trata da proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV (Brasil, 2022b).

Dentre os documentos utilizados pelo município estão: fichas de saúde da criança, saúde da mulher, imunização, doentes crônicos, nascidos vivos e óbitos; bem como fichas relacionadas especificamente aos atendimentos dos indicadores do Previnde Brasil.

Em relação à sífilis, não existia um acompanhamento adequado que realizasse a análise e monitoramento das gestantes e crianças que estavam ou não em tratamento. Nesse sentido, conforme os dados que foram observados pelo sistema DataSUS SINAN entre os anos de 2020 e 2021, o município apresentou aumento do número de gestantes notificadas para sífilis gestacional, bem como um aumento significativo e alarmante para o número de crianças notificadas como sífilis congênita (SC), em 2020 com 5 casos, e 2021 com 12 casos (Datasus, 2023).

Partindo desse pressuposto as vigilâncias organizaram investigação das notificações anteriormente inseridas no sistema e identificaram que muitas crianças eram notificadas como SC de forma errônea, quando haviam apenas sido expostas à sífilis, evidenciando a necessidade de acompanhar cada caso desde a gestação para evitar a transmissão vertical, salientando a importância de realizar um acompanhamento adequado das gestantes no pré-natal, no que tange a sífilis

e HIV e também a realização de capacitações periódicas com os profissionais das ESF.

Segundo os autores Conceição, Câmara e Pereira (2020), houve aumento na incidência de sífilis gestacional e congênita no Brasil no período de 2010 a 2016, em que a sífilis gestacional passou de 3,5 para 12,4 casos a cada mil nascidos vivos, triplicando o número de casos. Nesse mesmo cenário, a região Nordeste esteve em segundo lugar como região a possuir o maior número de casos de sífilis materna no País. Uma semelhança observada com o período pós pandêmico de covid-19 no município observado, onde houve o aumento significativo de casos devido às dificuldades de acesso da população ao serviço, que estava restrito.

O município no qual se desenvolveu essa experiência, enquadra-se dentre os municípios onde, nos anos de 2018 a 2020, foi oportunizado o desenvolvimento do projeto “Sífilis Não”, advindo como estratégia de resposta rápida à sífilis criada em 2017 pelo Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), para ação nos municípios prioritários da sífilis. Esse projeto esteve alinhado na agenda nacional de ações estratégicas, sendo concebido como cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Ministério da Saúde em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (Machado, 2022).

Desse modo através da gestão da atenção básica e epidemiologia, a gestão da AP realizou reuniões de planejamento e monitoramento dos indicadores de sífilis através do grupo de trabalho (GT) da Sífilis, os quais foram os responsáveis pela ampliação dos instrumentos de monitoramento já existentes e desenvolvimento de novos instrumento a serem utilizados pelas UBS para o devido acompanhamento dos casos de sífilis e controle de tratamento, tanto em gestantes como em crianças, diferenciando as crianças expostas e as diagnosticadas como SC.

Desse modo, o município que anteriormente fez parte do projeto “Sífilis Não” e já vinha desenvolvendo ações estratégicas para enfrentamento da doen-

ça, passou a incorporar a partir de Agosto de 2022, a adição de itens novos aos instrumentos estratégicos de monitoramento dos casos de Sífilis e do manejo do tratamento, buscando a eliminação da transmissão vertical da SC e HIV.

A sífilis é uma doença sexualmente transmissível de simples tratamento e que pode ser controlada, considerando que possui testes diagnósticos sensíveis e tratamento eficaz de baixo custo. Considera-se um pré-natal de qualidade como a melhor estratégia para o controle da sífilis congênita, objetivando o diagnóstico precoce e o tratamento em tempo hábil (Souza, 2019).

Dentre as estratégias aplicadas em relação à saúde da mulher, fez-se a ampliação da ficha de “Relação de Gestantes”, esta ficha já existia anteriormente e destinava-se à identificação nominal de quais eram as gestantes que realizavam acompanhamento de pré-natal na UBS.

Dentre as informações assinaladas na ficha estavam: nome completo; idade, para determinar o grau de risco do pré-natal e identificação de possíveis complicações devido aos extremos de idade; Idade Gestacional (IG); presença de comorbidades e tipagem sanguínea com fator Rh, para identificação e prevenção da ocorrência de Eritroblastose Fetal ou Doença Hemolítica Perinatal (DHPN), quando a gestante for Rh- (negativo) e houver a possibilidade do bebê possuir Rh+ (positivo); data do acompanhamento de consulta de alto risco, quando for o caso; data da 1ª consulta de pré-natal; total de consultas até o momento; realização de Testes Rápidos (TR) para Sífilis e HIV; Data da última menstruação (DUM); Data Provável do Parto (DPP); número do NIS e ACS.

Salientando-se esses itens, essa ficha apresentava-se como fonte principal de informação aos gestores para identificação do perfil de vulnerabilidade apresentado por algumas áreas de saúde, principalmente quando relacionava-se com a ocorrência múltiplos casos de sífilis gestacional e sífilis congênita.

Observando o trabalhador da saúde no seu espaço de trabalho, constata-se que a operação de suas atividades envolve um núcleo tecnológico que pode ser organizado em Trabalho Vivo em Ato (TVA), caracterizado pelo trabalho em ato,

sendo este o campo de utilização das tecnologias leves, e o Trabalho Morto (TM), que é realizado antes do ato através de um produto. Assim, a correlação desse núcleo tecnológico é o que pode ser denominado como a Composição Técnica do Trabalho (CTT) (Rodrigues *et al.*, 2021; Merhy *et al.*, 2020).

Os autores acima consideram que essa CTT em saúde é construída a partir de tecnologias materiais e imateriais, onde as tecnologias materiais são as tecnologias duras, por se tratarem de todos os instrumentos, ferramentas ou equipamentos para uso em determinadas situações. Já as tecnologias imateriais podem se distinguir entre tecnologias leve-duras, que fazem a união entre saberes dos profissionais produzidos e disponibilizados, como as teorias e protocolos; e podem ser tecnologias leves, caracterizadas pelas relações, a escuta, empatia e conhecimentos produzidos de experiências.

CRIAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA MONITORAMENTO DA SÍFILIS

A ausência de capacitação dos profissionais na assistência ao pré-natal interfere na assistência e na prevenção de riscos e complicações, devido o desconhecimento dos protocolos assistenciais e a falta de educação permanente e continuada (Da Silva Júnior; Lima; De Oliveira Aramaio, 2021).

Partindo da necessidade de melhorar os indicadores de sífilis do município, a residência multiprofissional acompanhou a gestão no desenvolvimento de novas tecnologias leve e leve-duras como estratégias de monitoramento seguindo esses preceitos, para o enfrentamento da sífilis gestacional e eliminação da transmissão vertical do HIV e sífilis. Dentre as atividades e formulários desenvolvidos estão: a construção de um Plano de ação com prazos e responsáveis; Capacitação aos enfermeiros sobre o preenchimento adequado da ficha de Relação das gestantes, incentivando a utilização da estratégia de diagnóstico e resposta rápida com a testagem rápida no primeiro encontro com a paciente; Construção da ficha de “Acompanhamento da gestante com sífilis”, acrescentando número de doses e

datas a serem criteriosamente monitoradas, adicionando se o parceiro foi tratado e se o caso já foi notificado; Construção da ficha de “Acompanhamento da criança exposta ou com sífilis congênita”; Utilização em 100% das ESF do “Relatório de tratamento/acompanhamento da sífilis gestacional”, vai no cartão da gestante, sendo um cartão de acompanhamento para quando ela chegar na maternidade.

Nesse contexto a nova ficha desenvolvida para o “Acompanhamento das Gestantes com Sífilis”, apresentava os seguintes itens de investigação: Numeral identificador; Nome da gestante; IG; Data da 1ª Consulta de Pré-natal; Trimestre do início do Pré-natal; número de consultas de pré-natal; Trimestre gestacional que foi testada para sífilis; Tratada para sífilis anteriormente, sim ou não; Trimestre de tratamento; número de doses com data de administração de cada dose de penicilina benzatina, observando intervalo mínimo e máximo entre cada dose; Parceiro tratado, Sim ou Não; realização do controle de cura, sim ou não, e indicar titulação dos 2 testes; Paciente notificada, Sim ou Não.

Cada item do novo instrumento de monitoramento foi discutido pontualmente com os enfermeiros responsáveis por cada uma das 36 ESF do município durante o mês de Agosto de 2022, para que dúvidas fossem sanadas e houvesse um correto acompanhamento dessas mulheres e um tratamento adequado, diminuindo assim, a incidência de casos de sífilis congênita aos recém-nascidos.

Nesses encontros com os enfermeiros, foram exemplificados: a nova lista de relação de gestantes e como preencher; mudanças no preenchimento das informações sobre a realização dos testes rápidos (TR), sendo obrigatório a realização do TR1 na oportunidade da primeira consulta, e o TR2 no 3º trimestre de gestação (a partir da 28ª semana de gestação); explicação sobre o novo Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais (PCDT-TV), por tratar-se do protocolo atualizado para o tratamento de sífilis em gestantes, no período da experiência; enfatizada a diferença da sífilis adquirida; quanto ao número de doses de tratamento, estas passaram a ser identificadas por D1, D2 e D3, e enfatizado o intervalo de 7 a 14 dias

entre cada dose, informando sobre a ineficácia do tratamento quando o prazo se estende além do estabelecido; todo exame VDRL de gestante e de crianças, passou a ser direcionado a um único laboratório de referência, com especialista para fazer o acompanhamento, evitando a perpetuação do tratamento por múltiplas titulações altas; criação do cartão de acompanhamento do tratamento da sífilis, na qual a gestante possui anexado ao seu cartão durante o pré-natal para uso no contexto hospitalar pelas maternidades; e criação da ficha de acompanhamento da criança exposta e/ou com SC, realizando o acompanhamento por faixa etária: 1 mês; 3 meses; 6 meses; 12 meses; 18 meses; 24 meses; presença de alterações oftálmicas, audiológicas, e neurológicas; e alta do tratamento.

IMPACTOS DO TRABALHO REALIZADO

Nesse sentido, observou-se os resultados obtidos mensalmente na supervisão de cada unidade, avaliando se o tratamento dessas mulheres aconteceu em tempo oportuno, e se ocorreu adequadamente em relação ao intervalo de dias entre as doses do tratamento.

Durante a análise das fichas, foi possível observar que entre os meses de Setembro a Novembro de 2022, não ocorreram mudanças significativas na incidência dos casos de gestantes com Sífilis. No entanto, percebeu-se que os enfermeiros passaram a utilizar corretamente os campos de acompanhamento das doses de tratamento, inicialmente com dificuldade, porém posteriormente realizando o tratamento adequado indicando que o profissional esteve a utilizar estratégias para busca ativa e adesão das pacientes e seus parceiros ao tratamento. Apesar de uma discreta melhora, foi possível verificar com a divulgação do resultado do segundo quadrimestre do Programa Previne Brasil, a necessidade de manter estratégias de busca ativa e captação das pacientes para a realização de TR e acompanhamento do tratamento.

Em suma, os meses de Dezembro de 2022 a Fevereiro de 2023, oscilaram na qualidade de realização do tratamento em tempo oportuno, onde algu-

mas unidades apresentaram bom acompanhamento dos casos enquanto outras apresentaram problemas frequentes em relação ao preenchimento adequado das fichas, tanto a ficha de “Relação de Gestantes” como a ficha “Acompanhamento da Gestante com Sífilis”. Nesse sentido, atribui-se a dificuldade de utilização das fichas pelo desconhecimento dos instrumentos por parte dos novos enfermeiros que passaram a compor o quadro de enfermeiros efetivos de algumas unidades de saúde, bem como também as condições sociais e de vulnerabilidade dos territórios observados e das usuárias em tratamento.

Devido essas fragilidades, existe a necessidade da melhoria do cuidado pré-natal, em relação aos profissionais quanto ao treinamento, diagnóstico, tratamento, monitoramento e ampliação do acesso aos testes. Para isso o foco deveria estar na formulação técnica de linhas de cuidado, condicionados pela gestão municipal, usuários e envolvimento dos profissionais (Da Silva Júnior; Lima; De Oliveira Aramaio, 2021).

Para que o profissional tenha êxito numa assistência de qualidade, é necessário planejamento, organização e apoio, assim, o enfermeiro deve utilizar-se dos núcleos tecnológicos disponíveis para a articulação de medidas que visem atendimentos baseados em conhecimentos científicos, e considerando os métodos terapêuticos, para oferecer uma assistência de enfermagem qualificada e que demonstra a importância das tecnologias em saúde (Da Silva Júnior; Lima; De Oliveira Aramaio, 2021; Merhy *et al.*, 2020).

Visando a identificação das problemáticas que mais afetavam esse público de mulheres, observou-se por cinco meses, de Março a Julho de 2023, quais as principais condições de saúde apontadas na ficha da “relação de gestantes” e cruzou-se com as informações expressas na ficha de identificação dos casos de sífilis em acompanhamento.

Dentre as principais condições de saúde que apresentavam-se associadas aos casos de sífilis gestacional, estavam: o tabagismo; uso de ansiolíticos e antidepressivos; baixa escolaridade; extremos de idade com prevalência de adolescentes entre 14 e 17 anos, com início tardio do pré-natal por esconderem a

gestação ou pela não aceitação; mulheres em risco social; múltiplos parceiros; e o uso abusivo de múltiplas drogas.

Dentre as dificuldades mais perceptíveis enfrentadas pelos enfermeiros, estavam que algumas ESF utilizavam o campo das condições de saúde apenas para apresentar a tipagem sanguínea e fator Rh-, ignorando às condições de risco e não justificando a motivação da consulta na referência; a permanência de múltiplos campos em branco; DUM e DPP com informações incompletas apenas com indicação do dia e mês; realização do TR2 após a 30ª semana e ausência de TR1 na primeira consulta; ausência de data de realização dos TR e de resultado Reagente ou Não Reagente, apenas com indicação “sim ou não” quando realizavam; desabastecimentos de TR em algumas unidades, principalmente nas unidades rurais; e a recusa de tratamento por parte dos parceiros.

A notificação e tratamento dos parceiros apresentam-se como a estratégia global para o controle da incidência de sífilis gestacional. No Brasil, os parceiros são notificados quanto à investigação e realização de tratamento pela própria gestante ou pelo profissional de saúde (Brasil, 2022a).

Muitos casos em que a gestante apresentava um tratamento adequado e com remissão da doença, percebeu-se que o campo sobre os parceiros eram apontados como “recusa de tratamento”, “ausência de parceiro fixo”, “sem parceiro” ou “parceiro em liberdade restrita”. Dentre os casos em que havia recusa dos parceiros, foi frequente a descrição do tratamento como “reiniciando”, indicando nova contaminação por Sífilis. Além disso, houveram casos em que a própria gestante se recusou a aderir o tratamento ou não seguiu adequadamente.

Quanto à recusa da gestante em relação ao tratamento, foi observado a presença de outras condições de saúde e risco como a Esquizofrenia e o Autismo, não excetuando os casos em que a recusa esteve associada a omissão do diagnóstico ao parceiro.

Estrategicamente, apesar das dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros e a gestão durante a utilização dessas fichas, percebeu-se uma progressiva melhora para o número de tratamentos bem sucedidos, queda na incidência de casos de

sífilis gestacional, exposição e sífilis congênita, bem como nos indicadores municipais acerca da doença, indicando os avanços advindos das estratégias utilizadas e sua eficácia no monitoramento dos casos. Desse modo, durante o período de um ano que compreende desde o início de utilização das fichas (Agosto de 2022 a Julho de 2023), observaram-se potencialidades e vulnerabilidades em relação aos instrumentos estratégicos utilizados no enfrentamento da doença.

A partir de Setembro de 2023, a APS do município passou a cobrir 100% de seu território, possuindo 1 maternidade SUS e 3 de saúde suplementar, ampliando a rede de assistência materno-infantil no município. Consequente as ações adotadas, o município recebeu no dia 08 de dezembro de 2023, o Selo Prata de Boas Práticas Rumo à Eliminação da Transmissão Vertical da Sífilis, uma certificação pelo MS no qual o município se destaca como o primeiro município do país a receber esse selo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência enquanto residente de acompanhar a evolução dos indicadores de sífilis no município, bem como auxiliar no processo de acurácia da efetividade da utilização das tecnologias utilizadas pela gestão no enfrentamento da sífilis, e analisar a expertise dos enfermeiros ao utilizar novos meios de acompanhar as pacientes em tratamento, apresentou-se como positiva em relação ao trabalho desenvolvido pela gestão.

Apesar das limitações da experiência quanto a periodicidade das reuniões dos gestores e a participação da pesquisadora nesses espaços de diálogo, foi possível identificar alguns apontamentos principais acerca das tecnologias em saúde observadas, tanto as vulnerabilidades da experiência, como avanços observados e potencialidades de seu uso futuro.

Quanto ao uso da planilha como estratégia de monitoramento, podem ser observadas as vulnerabilidades e desafios de: manter as reuniões periódicas do comitê da sífilis no município; adesão do parceiro ao tratamento; manter registros qualificado no prontuário da gestante; manter os profissionais atualizados e

capacitados sobre o manejo do tratamento da sífilis; realizar um preenchimento e qualificação das fichas de notificação da doença e acompanhamento do tratamento; a inexistência de um sistema acompanhamento e de registro de TR e VDRL.

Todavia, os avanços e potencialidades observados, podem ser expressos por: inclusão da sífilis na agenda prioritária das ações da ESF e do município; monitoramento de TR precocemente; monitoramento da gestante com sífilis e sífilis congênita; oportunização de diagnóstico e tratamento adequado na APS; interrupção da cadeia de transmissão vertical; acompanhamento da criança exposta ou com SC; parcerias firmadas com Laboratório e as Maternidades locais; o fortalecimento de vínculos entre equipe e gestante; utilização de um sistema transparente e verificável se realizado o monitoramento on-line; redução das complicações e óbitos por Sífilis Congênita; manutenção do trabalho ativo das vigilâncias, prioritariamente a epidemiológica; possibilidade de replicação em outros espaços de saúde.

Assim, medidas estratégicas a partir do uso das tecnologias em saúde na gestão dos serviços de saúde, possibilitam o acompanhamento adequado e hábil no enfrentamento e eliminação de agravos em saúde como a Sífilis gestacional, exposição à sífilis e SC.

REFERÊNCIAS

BACKI, A. L. G.; PEREIRA, L. C. G.; LOCATELLI, C. Incidência de sífilis na gestação antes e durante a pandemia da COVID-19 no estado de Santa Catarina e sua relação com o IDH. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e248111537239-e248111537239, 2022.

BRASIL. Atualização do Caderno de Atenção Básica 18: HIV/Aids, Hepatites virais, Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis. Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2022a.

BRASIL. Ações para a Implementação do Programa Previne Brasil: modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2022b.

BRASIL. Boletim Epidemiológico: Sífilis 2021. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CONCEIÇÃO, H. N.; CÂMARA, J. T.; PEREIRA, B. M. Análise epidemiológica e espacial dos casos de sífilis gestacional e congênita. **Saúde em debate**, v. 43, p. 1145-1158, 2020.

DA SILVA JÚNIOR, E. A.; LIMA, R. S.; DE OLIVEIRA ARAMAIO, C. M. S. Desafios da enfermagem na assistência da sífilis gestacional na atenção primária de saúde: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 11, p. e7392-e7392, 2021.

DA SILVA MESQUITA, A. A. et al. Impactos da sífilis para o binômio mãe-filho: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 10, pág. e57111032308-e57111032308, 2022.

DATASUS. **Sífilis congênita - casos confirmados notificados no sistema de informação de agravos de notificação - Brasil**. 2023. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/sifilisbr.def>>. Acesso em: 28 set. 2023.

GONÇALVES, A. L. S. et al. Fatores relacionados à alta incidência da doença em gestantes no Brasil: uma revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 5, pág. e2011527862-e2011527862, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Iguatu Ceará, 2023. Acesso em: 01 de Janeiro de 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/iguatu/panorama>>.

IGUATU. Prefeitura Municipal de Iguatu: A Cidade. 2023. Acesso em: 01 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://iguatu.ce.gov.br/a-cidade/#:~:text=L\u00edmites%3A%20Norte%3A%20Quixel%C3%B4%3B%20Sul,%3A%20Cari%C3%B4s%2C%20Juc%C3%A1s%20e%20Acopiara>>.

MACÊDO, V. C. et al. Sífilis na gestação: barreiras na assistência pré-natal para o controle da transmissão vertical. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, p. 518-528, 2020.

MACHADO, N. M. S. **A intervenção de resposta rápida à sífilis (projeto sífilis não), entre 2018 e 2020, através da percepção das gestoras estaduais e municipais de saúde no Brasil.** 2022. 80 f Dissertação (Mestrado em Estudos sobre Mulheres, Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) - Universidade Aberta, Portugal, 2022.

MERHY, E. E. et al. Rede Básica, campo de forças e micropolítica: implicações para a gestão e cuidado em saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 70-83, 2020.

OMS. Programa Global de Infecções Sexualmente Transmissíveis: transmissão da sífilis de mãe para filho, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/teams/global-hiv-hepatitis-and-stis-programmes/stis/prevention/mother-to-child-transmission-of-syphilis>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2022.

RODRIGUES, G. V. B. et al. Processo de educação permanente sob a micropolítica do trabalho vivo em ato de Emerson Merhy: reflexão teórica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e17610111514-e17610111514, 2021.

SILVA, C. A.; DALBELLO-ARAÚJO, M. Programa de Residência Multiprofissional em Saúde: o que mostram as publicações. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 1240-1258, 2020.

SOUZA, L. S. **Sífilis em gestantes no Brasil de 2008 a 2017: um agravio sem controle.** Número de folhas. Monografia (Bacharelado) – Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, Centro Acadêmico de Vitória, Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão. 2019.

CAPÍTULO 4

PROPRIEDADE INTELECTUAL E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Pollyanna Paganoto Moura¹

Doi: 10.48209/978-65-84959-68-5

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma compreensão sobre a dinâmica da produção intelectual no ciclo do capital industrial. Buscaremos visualizar como o conhecimento, na forma da propriedade intelectual, pode ser apreendido no processo de produção capitalista e quais os impactos do mesmo no circuito de acumulação. Procuraremos com isso desvendar como se determina seu preço. A teoria do valor de Marx, a partir de categorias como a mais valia extra e a renda da terra, se mostrará como ferramenta eficaz para o desenvolvimento de tal compreensão.

Palavras Chaves: Propriedade intelectual; Conhecimento; Marx.

Abstract: This paper aims to present an understanding of the dynamics of intellectual production in the cycle of industrial capital. We will seek to visualize how knowledge, in the form of intellectual property, can be apprehended in the capitalist production process and what its impacts on the accumulation circuit. We will try to figure out how to determine its price. Marx's theory of value, from categories such as extra surplus value and land rent, will prove to be an effective tool for the development of such an understanding.

Keywords: Intellectual property; Knowledge; Marx.

¹ Mestre em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutora em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do departamento de economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: pollyanna.moura@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6638-388X>

INTRODUÇÃO

Numa era em que as tecnologias da informação e comunicação envolvem, aparentemente, todas as esferas do convívio humano, o conhecimento é reconhecido por muitos como o grande motor das relações econômicas e do desenvolvimento nacional. Hoje, noções como “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” têm se tornado tema comum não só em debates no âmbito acadêmico como também por parte de ideólogos e gestores de grande parcela das economias capitalistas e organizações multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse contexto, a produção e comercialização do conhecimento tornam-se elementos estratégicos para as relações econômicas capitalistas, sobretudo tendo em vista os altos valores comercializados e a facilidade com que esse bem pode ser transacionado. Contudo, as características peculiares desse tipo de “mercadoria” também geram dificuldades para as empresas que pretendem mercantilizá-las.

Arrow (1959) e Nelson (1959) já haviam apontado, em seus artigos pioneiros sobre inovação e pesquisa básica, os obstáculos existentes ao se produzir o conhecimento como mercadoria. O primeiro advém de seu custo de reprodução nulo, ou seja, a despeito de serem exigidos altos investimentos em pesquisa para produzir um conhecimento, o mesmo pode ser reproduzido por um custo praticamente irrisório; o segundo – que é uma decorrência do primeiro – resulta do fato de que qualquer pessoa pode “destruir” esse monopólio, ignorando o direito de propriedade ao qual o conhecimento está submetido, ao reproduzir e utilizar o conhecimento sem pagar os direitos devidos; e o terceiro refere-se à incerteza ou risco inerente a esse tipo de produção, uma vez que é impossível avaliar com precisão o valor de uma informação antes de conhecida. Ou seja, as características *sui generis* desse tipo de “bem”, de natureza não rival e não excludente², levam

² Um bem não-rival é aquele que o uso de um indivíduo não impede o uso de outro indivíduo simultaneamente. Se um bem não-rival for também não-exclusivo, ou seja, não existir propriedade privada sobre ele, esse bem pode ser considerado público.

esses autores a defenderem que a produção e o acesso ao conhecimento e à informação deveriam ser tratados como bens públicos. Segundo Arrow (1959, p. 617) esta seria a melhor solução do ponto de vista do bem-estar econômico.

Todavia, são dessas próprias características do conhecimento que emergem duas questões fundamentais. Primeiro, sua facilidade de propagação com custo de reprodução irrisório o conferem uma potencialidade singular relacionado ao processo de convergência técnico-científica entre os países, possibilitando uma equiparação das distorções econômicas em escala global. Segundo, mediante a possibilidade da instituição de seu monopólio, e justamente por ser algo de fácil difusão e de uso não rival, o conhecimento se mostra como uma possibilidade inigualável de acumulação no sistema capitalista contemporâneo. Nesse contexto, como observa Coriat (2002, p. 375), uma dupla tendência vem caracterizando a economia mundial: por um lado, há um amplo processo de liberalização do comércio e do movimento de capitais como resultado do acirramento da concorrência capitalista; por outro, há uma tentativa cada vez mais acentuada em controlar o acesso à informação e ao conhecimento³, mercantilizando seu uso em quase todas as esferas do convívio humano⁴.

Mesmo diante dessas dificuldades, a produção do conhecimento continua sendo alvo do investimento capitalista e a aquisição de patentes representa um papel significativo no processo de acumulação. A título de exemplo, podemos apontar que as receitas de serviços norte americanos provenientes de pagamentos relacionados à propriedade intelectual cresceram significativamente entre 1994 e

3 Utilizaremos os termos conhecimento, informação e saberes como similares. Apesar de alguns teóricos ressaltarem a importância em realizar tal diferenciação (ALBUQUERQUE, 2008; GORZ, 2005), acreditamos que essa equivalência não trará prejuízos para nossa análise.

4 Trataremos aqui do papel do conhecimento no processo de produção, mas, cabe ressaltar que ele se encontra em outras etapas da reprodução mercantil. Ursula Huws (2014, p. 19), por exemplo, analisa como o conhecimento permite ganhos no processo de circulação em forma de rendas, advindas da transferência de valor entre setores: “Se elas não derivam da venda de mercadorias, como podemos entender os lucros feitos por redes sociais online ou companhias de mecanismos de busca? Há uma explicação alternativa, e que tem extensos antecedentes no mundo off line: elas derivam de rendas de aluguel [...] O valor que se reverte para a rede social e para sites de mecanismos de busca deriva, de fato, em última análise, da mais-valia produzida pelo trabalho. Mas esse é o trabalho de trabalhadores que produzem as mercadorias que são anunciadas nesses sites, não o trabalho das pessoas que usam os sites.”

2007, conforme assinala McClure (2011), passando de 33 bilhões de dólares para 157 bilhões nesse período. Ao mesmo tempo, o autor também informa que desde 1980 à 2006, os pagamentos e receitas destinados às transações dessa natureza crescem a uma média de 10,7% ao ano, numa proporção maior que o crescimento do PIB mundial no mesmo período.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica da produção intelectual no ciclo do capital industrial. Isto é, buscaremos visualizar como o conhecimento, na forma da propriedade intelectual, pode ser apreendido no processo de produção capitalista e quais os impactos do mesmo no circuito de acumulação. Como referencial teórico, nos balizaremos pela teoria marxista do valor para elucidar tal discussão. Procuraremos especialmente encontrar em Marx subsídios teóricos que nos possibilitem entender o papel do conhecimento na dinâmica capitalista contemporânea.

Todavia, como esse autor não possui um desenvolvimento teórico específico voltado para a produção de conhecimento na sociedade capitalista, será pertinente nos valermos de algumas elaborações basilares em sua teoria. Por exemplo, a discussão sobre a mais-valia extra nos revelará como as práticas de inovação implementadas pelos capitais individuais se constituem numa necessidade do processo de valorização capitalista. De outra forma, através da categoria da renda da terra seremos capazes de compreender o “valor” de uma patente.

Para atender esse objetivo nosso artigo está dividido em cinco sessões além dessa introdução. Na segunda apresentaremos o desenvolvimento teórico de Marx sobre o ciclo do capital industrial e a forma de mais-valia extra. Na terceira veremos como o conhecimento se insere na lógica de reprodução do capital. Na quarta apresentaremos as categorias de renda diferencial e absoluta da terra. Na quinta entenderemos a natureza do preço da propriedade intelectual. Na sexta iremos expor nossas considerações finais diante da argumentação desenvolvida.

A INOVAÇÃO COMO FONTE DE SUPERLUCRO

Lucro, esse é o objetivo máximo do dinheiro que circula como capital ($D - M - D'$), buscando, a cada ciclo, terminar maior do que entrou. Ele se inicia com dinheiro (D) e transforma-se em mercadoria (M) apenas para voltar a ser dinheiro novamente (D'), mas, dinheiro (D) acrescido de mais dinheiro (ΔD). Encerra-se um ciclo para iniciá-lo outra vez, pois não há limites para a expansão do valor: afinal, o objetivo do capital é a pura e simples acumulação.

Ao contrário da circulação simples de mercadorias, ($M - D - M$), cujo fim último é a simples satisfação das necessidades individuais, obtenção de um valor de uso distinto do que se tinha inicialmente, na circulação do dinheiro como capital ($D - M - D'$), o valor de troca é a sua razão de ser⁵. Mas, a mercadoria não atua como uma simples intermediadora deste processo, já que não se trata de comprar para vender mais caro. Para obter o mais dinheiro (ΔD), o capitalista precisa vender uma mercadoria que já contém em si um mais-valor, respeitando, assim, a lei mercantil da troca de equivalentes. Essa mercadoria, ele obtém não com a compra, mas com o consumo produtivo daquelas outras que havia adquirido no início do processo. Vejamos com mais detalhes:

$$D - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \right. \dots P \dots M' - D'$$

O capitalista inicia o ciclo com dinheiro (D) que utiliza para comprar mercadorias (M) necessárias para realizar sua produção. Adquire para isso, força de trabalho (FT) e meios de produção (MP). No processo de produção (P), esses elementos se confrontam, realizando o que o capitalista já tinha em mente no momento em que adentrou na circulação. Produzem, assim, novas mercadorias (M') que se diferenciam das anteriores (M) não somente devido a seus aspectos

5 “O circuito $M - D - M$ tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor-de-uso. O circuito $D - M - D$, ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina” (MARX, 1867, p. 180).

qualitativos, mas em virtude de seus aspectos quantitativos: M é diferente de M' porque ambas têm quantidades de valor diversas e cada uma representa encarnações díspares de trabalhos sociais realizados. A segunda contém uma quantidade maior de trabalho social que a primeira, resultado da mais-valia encarnada durante seu processo de produção, isto é, da quantidade de trabalho realizada pelo trabalhador e que não lhe é paga. A força de trabalho mostra-se, portanto, como uma mercadoria capaz de acrescentar nesse processo mais valor do que custou, uma vez que ela é adquirida por seu valor-de-troca, mas empregada tendo em vista seu valor-de-uso⁶. O valor da força de trabalho, assim como todas as outras mercadorias, é dado pelo tempo necessário à sua produção e reprodução, mas seu valor de uso é determinado pela jornada de trabalho que se considera normal, uma jornada que contém mais tempo de trabalho do que a grandeza do valor que cabe ao trabalhador. Esse tempo a mais representa trabalho social realizado não pago, ou mais-valia, incorporado aos produtos que o trabalhador produziu, mas que não os pertence. Assim, as novas mercadorias (M') são lançadas ao mercado com mais valor do que aquelas que foram necessárias para produzi-las, sendo, portanto trocadas por uma maior expressão de valor (D'), ou mais dinheiro. Esse processo repetir-se-á indefinidamente, como se movido por vontade própria. Observa Marx (1867, p. 228):

Ao se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo.

O que move o capitalista é essa constante necessidade de ampliar o valor que possui na forma dinheiro, de fazê-lo valorizar-se⁷. Essa busca, essa paixão

6 “[...] O vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso [...]” (MARX, 1867, p. 277).

7 “Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar dinheiro da circulação, obtém-na de maneira mais sagaz o capitalista, lançando-o continuamente na circulação” (MARX, 1867, p. 184).

desenfreada pelo dinheiro, impulsiona-o o continuamente a procurar maneiras de obter mais valor, isto é, uma quantidade maior de mais-valia do que aquela que produz, levando-o com isso a modificar seus métodos de produção.

Existem diversas maneiras de se ampliar sua taxa de mais-valia. Do ponto de vista individual, uma delas se dá pela ampliação da produtividade do trabalho. Para isso, o capitalista realiza constantes inovações e mudanças no interior de seu processo de produção, possibilitando-o produzir no mesmo tempo de trabalho que antes, o dobro de seus artefatos. Por exemplo, se produzia 20 unidades de sua mercadoria em 8 horas de trabalho, consegue agora produzir 40 unidades nas mesmas 8 horas. Em um primeiro momento, poderíamos imaginar que nada se alterou, pois, como a magnitude do valor da mercadoria é determinada pelo tempo necessário para produzi-la, parece que o capitalista conseguiu somente reduzir o valor individual de suas mercadorias, obtendo a mesma magnitude de valor que antes. Será, então, que nada ganharia o capitalista ao conseguir duplicar sua produção realizada no mesmo intervalo de tempo que antes? Ganharia, mas esse ganho não se dá pelo aumento da produtividade em si, mas por fatores externos a ele. Vejamos.

A massa de produtos agora duplicou. Antes eram 20 unidades em 8 horas, agora são 40. Agora, cada uma delas representa a cristalização de 12 minutos do tempo de trabalho particular do trabalhador envolvido nesse processo de produção, enquanto antes representavam 24 minutos. No entanto, Marx (1867, p. 368) nos alerta para um ponto fundamental: “O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém não é o valor individual, e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção”. Eis a solução para nosso enigma: se um capitalista individual realiza inovações que o permitem elevar a produtividade do trabalho empregado na produção e, com isso, consegue produzir mercadorias cujo valor individual seja inferior ao valor social – isto é, possa dispender na produção de cada mercadoria um tempo de trabalho menor que a média da sociedade –, ele as venderá por esse último, conquistan-

do, assim, uma mais-valia extra correspondente à diferença entre o valor individual de seus produtos e o valor social deles. Ele conseguiu com isso, elevar sua produção de mais-valia. É justamente essa incessante busca por uma mais-valia extra que motiva a classe capitalista a realizar inovações em suas técnicas de produção.

Mas é preciso observar que a mais-valia extra obtida por um capitalista individual ao aperfeiçoar seus métodos de produção, desaparece quando assimilada pelos seus concorrentes, uma vez que ela é proveniente da diferença entre o valor da produção individual e o valor social. Assim, quando os novos métodos de produção são conhecidos e aplicados por todos os capitalistas, aquele valor individual reduzido torna-se a nova média e a elevação da mais-valia extra se desfaz diante dos olhos do capitalista inovador. É o que observa Marx (1867, p. 369) na seguinte passagem:

[...] essa mais-valia extra se desvanece quando se generaliza o novo modo de produção, desaparecendo, assim, a diferença entre o seu valor individual das mercadorias que eram produzidas mais barato e seu valor social. A mesma lei que determina o valor pelo tempo de trabalho e que leva o capitalista que aplica o novo método a vender sua mercadoria abaixo do valor social impele seus competidores, coagidos pela concorrência, a adotar o novo modo de produção.

Assim, o desejo por ampliar seu capital, essa entusiasmada perseguição à mais-valia extra que induz cada capitalista a buscar novas técnicas para ampliar a produtividade do trabalho em suas próprias firmas, leva a uma generalização contínua do desenvolvimento da produtividade nos mais diversos setores⁸, fazendo desse, um movimento eterno da busca pela inovação. Esse é, portanto, um fenômeno imanente à própria lógica do ciclo do capital industrial.

8 Essa busca individual dos capitalistas pelo barateamento de suas próprias mercadorias em relação ao valor social delas, isto é, essa caça à mais-valia extra, pode resultar numa redução do valor das mercadorias que compõem os itens de subsistência do trabalhador, reduzindo desse modo o valor da força de trabalho. Isso gera para o conjunto dos capitalistas uma ampliação da taxa de mais-valia, através de uma mais-valia relativa, que consiste na redução do tempo necessário de produção do trabalhador e uma consequente ampliação do tempo excedente. Assim observa Marx: “A taxa geral da mais-valia só experimenta alteração relacionada com o processo por inteiro quando a elevação da produtividade do trabalho atinge ramos de produção, baixando preços de mercadorias que fazem parte do conjunto dos meios de subsistência que constituem elementos do valor da força de trabalho”(MARX, 1867, p. 370).

O CONHECIMENTO NO CIRCUITO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Vários autores já demonstraram como o processo de geração de inovação se insere na lógica de produção industrial, gerando custos e convertendo-se num investimento, numa aplicação de capital. Theotonio dos Santos (1894b, p. 76–81), por exemplo, se debruçou sobre esse aspecto do processo produtivo, analisando como os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P e D), a despeito de representarem um custo, também geram um lucro adicional para o capitalista que realiza esse investimento, modificando com isso, o próprio ciclo do capital, conforme demonstramos a seguir⁹:

$$D - M \overset{\cdot \cdot \cdot I \cdots i}{\cdot \cdot \cdot} \xrightarrow{\quad} P \cdots M' - D' - M' \cdots P_i \cdots M'' - D''$$

Onde:

I : Produção de inovação; i : inovação gerada;

P : Produção industrial;

Pi : Produção industrial com inovação; M'': Mercadoria produzida com inovação;

D'': Dinheiro obtido da venda de mercadoria produzida com inovação.

A empresa capitalista que investe em P e D além de adquirir as mercadorias necessárias ao seu processo produtivo padrão (P), também converte parte de seu capital em equipamentos, matérias-primas e força de trabalho voltada para a produção de inovação (I). Portanto, enquanto realiza sua produção industrial, também se destina à investigação de novos produtos ou processos para dinamizá-la. Descoberta a inovação (i), ela será agora aplicada na produção (Pi) que permitirá a fabricação de mercadorias (M'') a um custo individual mais baixo que o social, gerando para esse capitalista um lucro extra (D'') proveniente de sua venda. Ele agora obtém uma taxa de lucro mais elevada que aquela verificada na produção

⁹ Essa é uma adaptação da equação apresentada por Theotonio dos Santos. Cf. (1983, p. 78)

que realizou sem a introdução da inovação ($\Delta D' > \Delta D$). Episódio que se manterá, até que essa inovação seja $D' D$ difundida entre os demais produtores.

Apesar de não tratar especificamente dos custos aplicados à produção de inovação, Marx não deixou de fazer menção ao trabalho do ato inventivo, em uma restrita consideração, denominando-o como “trabalho em geral” (ou universal). Segundo ele (MARX, 1984a, p. 80), “[...] trabalho geral é todo trabalho científico, toda descoberta, todo invento. É condicionado em parte pela cooperação com viventes, em parte pela utilização dos trabalhos de antecessores [...]”. Ou seja, é o trabalho desenvolvido por um lado, a partir dos saberes universais, advindos da constante interação e cooperação entre os indivíduos. Por outro, através dos conhecimentos adquiridos a partir de inventos anteriores, de descobertas realizadas no passado. A constituição da linguagem é um perfeito exemplo de trabalho geral: cada geração se apropria livremente da linguagem construída por seus antepassados e, por meio da interação entre si, transformam-na, deixando-a como legado para as gerações futuras. O trabalho geral, portanto, resulta em um conhecimento livre e acessível a toda a sociedade.

Não obstante, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os conhecimentos gerados no e para o processo de produção tornam-se propriedades de quem inova, e o trabalho que o desenvolve deixa de ser considerado um “trabalho em geral”, como denominava Marx. Isso porque, quando as inovações são reconhecidas como propriedades, todos os outros terão que pagar uma licença pela aplicação do método descoberto, desvanecendo o caráter universal que havia nesse trabalho. É justamente aqui que se insere a propriedade intelectual. Mas, como se determina seu preço¹⁰? É o que veremos nas próximas sessões.

10 Trataremos aqui do papel do conhecimento no processo de produção, mas, cabe ressaltar que ele se encontra em outras etapas do ciclo de reprodução do capital. Ursula Huws (2014, p. 19), por exemplo, analisa como o conhecimento permite ganhos no processo de circulação em forma de rendas, advindas da transferência de mais valia entre setores: “Se elas não derivam da venda de mercadorias, como podemos entender os lucros feitos por redes sociais online ou companhias de mecanismos de busca? Há uma explicação alternativa, e que tem extensos antecedentes no mundo *off line*: elas derivam de rendas de aluguel [...] O valor que se reverte para a rede social e para sites de mecanismos de busca deriva, de fato, em última análise, da mais-valia produzida pelo trabalho.”

AS RENDAS DIFERENCIAL E ABSOLUTA

Quando procuramos compreender como se dá a formação do preço de um conhecimento protegido por direitos de propriedade intelectual, primeiramente, poderíamos imaginar que o capitalista que adquire uma licença para aplicação de uma patente, por exemplo, paga pelo seu custo de produção. No entanto, se isso ocorresse, todos os outros poderiam obtê-la gratuitamente. Segundo, pode-se pensar então, que o preço da propriedade intelectual resulta de seu custo de produção dividido pela quantidade de capitalistas que desejam adquiri-la. Mas, como descobrir quantos serão? Impossível. E mesmo que isso fosse determinado, se posteriormente aparecesse outro capitalista querendo utilizá-la, ele poderia adquiri-la sem custo? Ou o inventor da patente receberia mais valor do que o expresso pelo tempo de trabalho dispendido em sua criação? A solução é buscar outra categoria de remuneração relacionada com os fatores que entram na produção, mas que não possuam valor. Estamos nos referindo à renda da terra.

O próprio Theotonio dos Santos (2011, p. 386 grifo nosso) já havia percebido isso, em 1978, ao analisar os fenômenos da dependência entre os países:

El otro mecanismo por el cual se transfieren enormes cantidades de recursos producidos en los países dependientes a los dominantes son los pagos de servicios. Estos son básicamente los fletes, los seguros, los servicios técnicos y el pago de patentes. La cancelación de tales servicios parece ser algo “justo” y parte necesaria del moderno intercambio entre los pueblos. Pero de hecho no es así. Están supervalorados y en muchos casos o no existen o son simples resultados de un monopolio de marcas y patentes que se asemeja a una forma moderna de la renta de la tierra, o sea, de un derecho puramente jurídico a expropiar con una renta a los verdaderos agentes de la producción, es decir, una transferencia de excedentes generales en la producción a los ociosos que especulan con la propiedad monopólica del conocimiento humano.

Recentemente, esse ponto também foi abordado de forma semelhante por outros autores, como Paulani (2001, p. 17 grifo nosso):

[...] a novidade que o capitalismo contemporâneo traz [...] é a existência de mercadorias feitas só de conhecimento [...] É algo que tem a forma de mercadoria, pois tem um preço (a menos, é claro, da pirataria), mas que não tem valor, pois o tempo de trabalho necessário à sua reprodução é zero. Qual o

fundamento desse preço então? Seu fundamento é uma renda do saber, uma renda absoluta, tal como a renda absoluta da terra que Marx diagnosticou, fundamenta-se pura e simplesmente na existência da propriedade.

Assim como Teixeira (2009, p. 438 grifo nosso):

[...] quando a própria produção de conhecimento passa a ser efetuada como produção capitalista, os produtores de tal conhecimento só o produzirão se puderem auferir privadamente os ganhos deste [...] Aqui entram então os direitos de propriedade intelectual, patentes e direitos autorais [...] O acesso a este conhecimento será feito, **da mesma maneira que a propriedade da terra**, apenas com o consentimento do seu proprietário, o que então lhe dará o direito de receber uma parcela do produto social produzido por aqueles que querem ter esse acesso. Surge então uma nova forma que chamaremos aqui de renda do conhecimento [...] Ora, como se determina essa renda? **Da mesma forma que a renda da terra**, como renda diferencial.

Para compreender, então, vejamos como funciona a renda da terra. A terra, assim como todas as outras coisas que não são fruto do trabalho do homem, não possui valor. No entanto, na sociedade capitalista ela assume a feição de uma mercadoria, podendo ser vendida e comprada relacionando-se economicamente com todas as coisas desenvolvidas pelo homem. Essa apropriação da terra enquanto mercadoria “[...] pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com a exclusão de todas as outras” (MARX, 1894b, p. 124). Esse privilégio, garantido através de uma força jurídica, permite que um pequeno grupo de proprietários concedam o direito de uso de sua terra para outros em troca do pagamento de uma renda: a renda da terra. Explica Marx (1894b, p. 126):

O pressuposto no modo de produção capitalista, portanto é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo, anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (assim como o prestatário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importando se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas, etc. Ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo ar-

rendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza [...].

O monopólio da terra possibilita o proprietário fundiário auferir uma renda – monetária – à medida que há a necessidade por parte da produção capitalista em utilizar essas porções do globo terrestre. Origina-se do avanço capitalista na utilização do solo. Portanto, o seu fundamento reside na subordinação das atividades agrícolas (e também todas as outras vinculadas à terra) ao capital, e não na propriedade da terra em si¹¹. O dono da terra cede, e recebe pelo tempo de cessão, um valor monetário, uma renda, que só pode derivar de uma transferência de valor gerado na esfera da produção, já que a terra não possui valor e nem mesmo é o seu aluguel um acontecimento em si capaz de transformá-la em fonte de valor. A renda fundiária, portanto, pressupõe uma transferência de mais-valia da esfera de produção capitalista para a classe de proprietários fundiários.

Ao analisar as formas de renda fundiária, Marx as divide em dois grupos: a renda diferencial e a absoluta. A renda diferencial é oriunda de atributos naturais existentes em determinados espaços monopolizados, como, por exemplo, em solos com fertilidades excepcionais, em quedas d'águas existentes em algumas propriedades, etc. Para entendê-la, suponhamos, seguindo o exemplo de Marx, que a maioria das fábricas de um país fossem impulsionadas por máquinas a vapor e apenas algumas por quedas d'águas existentes nas propriedades onde estão instaladas. Imaginemos ainda que, por isso, as mercadorias produzidas nessas últimas sejam elaboradas a um preço de custo individual inferior ao preço de custo social. Resulta então que, como o preço das mercadorias é determinado socialmente, os produtores que se estabelecem nas propriedades onde estão as quedas d'águas, poderiam vendê-las pelo preço social de produção adquirindo desse modo um sobrelucro.

11 A propriedade fundiária, como ressalta Marx, é um pressuposto histórico que sobrevive e fundamenta a sociedade capitalista. Para atendê-la foi preciso transformar os vínculos que nela haviam à relações subordinadas ao capital. Ou seja, desfizeram-se os laços e transformaram-se as antigas relações (suserania e vassalagem, por exemplo) em puras relações de troca monetárias e a terra passou a representar para seu proprietário, apenas um tributo em dinheiro, que devido ao seu monopólio, permite-o arrecadar uma quantia do capitalista industrial.

Mas, uma questão se coloca: o que há de especial na queda d'água, se há também outros atributos da natureza que utilizados na produção, tornam mais produtivo o trabalho, como por exemplo, a propriedade da água em se transformar em vapor, e nem por isso garantem um sobrelucro àqueles que as empregam? A distinção, segundo Marx,

[...] Origina-se da maior força produtiva natural do trabalho, ligada ao aproveitamento de uma força natural, mas não de uma força natural que está à disposição de todo o capital na mesma esfera de produção, por exemplo, a elasticidade do vapor, cuja utilização não é, portanto, óbvia em todos os casos em que, em geral, se invista capital nessa esfera. Mas de uma força natural monopolizável que, como a queda d'água, só está à disposição daqueles que dispõem de certos trechos do globo terrestre e seus anexos [...] (MARX, 1894b, p. 144).

Ou seja, o sobrelucro somente é possível devido a existência limitada de áreas terrestres com tais atributos naturais. E, assim, somente um número restrito de produtores poderá acessá-las, diferenciando seus processos de produção da grande maioria dos outros produtores. O monopólio desses espaços, por sua vez, permitirá que o lucro gerado com a diferenciação produtiva desse pequeno grupo de capitalistas, vá para os proprietários dos terrenos em forma de renda, de renda diferencial da terra. O lucro extra emana, assim, da diferenciação relativa que um espaço de terra monopolizável introduz na produção de um determinado capitalista individual.

Mas, Marx ainda chama nossa atenção para algumas importantes questões que derivam dessa análise. Em primeiro lugar, ele lembra que essa renda não emana de um emprego mais eficiente das forças produtivas, mas do fato de que alguns capitalistas podem produzir em áreas cuja natureza os favoreça, enquanto a maioria está excluída dessa possibilidade. Em segundo, que a força natural em questão não é fonte de lucro, mas apenas possibilita a sua geração. Em terceiro, não é a propriedade do terreno, cuja queda d'água se encontra, que gera o lucro excepcional, uma vez que esse lucro ainda existiria caso os terrenos fossem livres. O que a propriedade oferece, são as condições de o proprietário fundiário

atrair para si o sobrelucro gerado. E em quarto lugar, ele lembra que, caso os produtores do país encontrassem um método que elevasse a produtividade do setor em questão reduzindo seus custos individuais para o mesmo patamar daqueles que utilizam a queda d'água, o sobrelucro desapareceria.

Compreendida as características da renda diferencial, avancemos para a forma de renda absoluta. Diferente de David Ricardo (1817), que também analisou a natureza das rendas fundiárias, Marx desenvolveu a análise de um tipo de renda oriunda do simples monopólio da terra. A análise de Ricardo parte do pressuposto que o solo de qualidade inferior não paga renda, de modo que seria unicamente determinada pela diferença de produtividade decrescente do solo de melhor renda até o pior, sendo que este último estaria isento do pagamento. O solo de pior qualidade determinaria o preço que regula o mercado agrícola, uma vez que os excedentes gerados devido às diferenças de produtividade nos outros solos, de qualidade superior, seriam convertidos em renda fundiária em favor do proprietário da terra. Uma hipótese é então levantada por Marx: se a produção agrícola avançar até o ponto que os solos de pior qualidade precisem ser cultivados, o proprietário agrícola as arrendará gratuitamente, visto que o preço de produção do mercado não possibilita um sobrelucro para que esse produtor converta em renda? De forma alguma, responde Marx (1894b, p. 221):

“[...] A circunstância de o arrendatário poder valorizar seu capital pelo lucro habitual se não pagar nenhuma renda não é razão para o proprietário de terra ceder seu solo de graça para o arrendatário e ser tão filantrópico ante esse parceiro, a ponto de introduzir um *crédit gratuit* [...]”.

O proprietário de terra somente a arrendará a partir do momento em que um arrendamento puder ser pago. Marx desfaz desse modo todo o pressuposto ricardiano de que o solo de pior qualidade não paga renda. E ainda lembra como fez quando analisou a renda diferencial, que a mera propriedade jurídica do solo não gera renda, mas apenas o poder que o proprietário tem de subtrair a sua utilização à exploração até o ponto que as condições econômicas permitam que ele possa auferir alguma renda.

Ora, mas o que é preciso para que isso ocorra, para que mesmo no solo de pior qualidade seja possível se gerar renda? Para isso, os preços de mercado dos produtos agrícolas precisam ter subido além do preço de produção, de modo que seja possível pagar uma renda para o proprietário de terra. Gera-se, portanto, uma renda que não é derivada das diferenças de produtividade, mas devida a circunstância ocasionada pelo instituto da propriedade privada. Isso significa que a propriedade privada da terra, que constitui monopólio por definição, interfere no processo de equiparação na distribuição intersetorial da mais-valia gerada pelo capital global. Isso porque os preços de produção das mercadorias que são formados pela concorrência intercapitalista se veem alterados mediante uma força que lhes é estranha – a propriedade fundiária – para a garantia de sobrelucros persistentes em um determinado setor e, com isso, a distribuição de mais-valia entre os setores deixa de ser realizada em sua integridade, pois parte dela, que seria transferida da agricultura para os demais setores, é transformada em renda fundiária. Marx (1894b, p. 229) observa:

Decorre, igualmente, que só devido ao monopólio da propriedade fundiária o excedente de valor dos produtos agrícolas sobre seu preço de produção pode tornar-se fator determinante de seu preço geral de mercado. Decorre, finalmente, que nesse caso o encarecimento do produto não é causa da renda, mas a renda é a causa do encarecimento do produto.

Tanto a renda absoluta da terra quanto a diferencial consistem em formas de apropriação de mais-valia gerada na esfera da produção uma vez que a terra não é valor, pois não é um produto de trabalho humano. Entretanto, enquanto a renda diferencial se forma no âmbito de um determinado setor, não alterando, à primeira vista, os preços de produção deste, a renda absoluta origina-se fora dele, causando interferência no movimento de transferência de mais-valia entre setores, alterando por sua vez os preços de produção intersetoriais. Afirma Paulani (2001, p. 10):

[...] Assim, se podemos definir a renda diferencial como uma metamorfose do sobrelucro, podemos igualmente definir a renda absoluta como uma metamorfose da mais-valia agrícola, transformação de uma parte dessa mais-valia em renda fundiária, ao invés de seu envio para a retorta da nivelção geral que forma o lucro médio (PAULANI, 2001).

A PROPRIEDADE INTELECTUAL E SEU PREÇO

Agora, analisada as propriedades da renda fundiária, já temos condições de estabelecer uma conexão entre ela e propriedade intelectual. A partir do momento que o conhecimento torna-se monopolizável, seus proprietários passam a ter o poder de restringir seu acesso aos demais. É justamente esse poder que garante a eles rendimentos quando autorizam o acesso de alguns ao conhecimento que monopolizam. Entram aqui os direitos de propriedade intelectual, que asseguram rendimentos àqueles que detém o monopólio do conhecimento. Desse modo, “[...] o acesso a este conhecimento será feito, da mesma maneira que a propriedade da terra, apenas com o consentimento do seu proprietário, o que então lhe dará o direito de receber uma parcela do produto social produzido por aqueles que querem ter esse acesso [...]” (TEIXEIRA, 2009, p. 438).

A renda auferida pela monopolização do conhecimento chamaremos de renda da propriedade intelectual. Essa renda se determina de forma semelhante à renda da terra: não é a simples propriedade que a cria, mas o poder de subtraí-la ao conjunto da sociedade que permite que seja paga uma renda ao proprietário desse bem quando o mesmo é acessado. Mas, por que um renda e não um valor? Porque, assim como a terra, a propriedade intelectual não é um produto do trabalho e, portanto não tem valor. Isso porque ela se refere a um poder de monopólio que um agente econômico obtém ao registrar uma ideia ou um conhecimento como sua propriedade. Isso o permite utilizar o aparelho jurídico do Estado para impedir seus concorrentes de utilizarem os novos conhecimentos gerados em seus processos produtivos. Portanto, ao adquirir uma licença de uso de uma patente ou de qualquer inovação alvo de propriedade intelectual, o que se adquire não é um produto do trabalho¹², mas o direito ao acesso a um processo que foi desenvolvido pelo trabalho. Adquire-se uma permissão e não uma mer-

12 Mesmo que para o desenvolvimento da inovação em questão tenha sido necessário utilização de mão-de-obra. Para elucidar esse ponto podemos pensar paralelamente no setor financeiro no qual são exigidos gastos significativos com mão de obra, no entanto não há criação de valor. Desenvolvemos essa questão de forma mais completa em outro trabalho (PAGANOTO MOURA, 2015).

cadoria¹³.

De todo modo, diferente da terra, que é escassa, esse bem se caracteriza pela abundância, e por isso, deveria ser livre e não ter preço. Contudo, a força da lei garante seu monopólio e, portanto, sua escassez, de modo que uma renda seja juridicamente devida aos proprietários desses bens quando outros desejarem acessá-los. Assim, a propriedade intelectual, ao fazer do conhecimento uma “mercadoria”, transforma parte do valor dos setores produtivos, em renda da propriedade intelectual.

Vejamos com mais detalhes essa relação. Para isso lembremos da figura do capitalista, cujo objetivo máximo é a busca pela ampliação de seu lucro. Como vimos, ele procura fazer inovações, melhoria dos métodos de trabalho, inserção de novas técnicas, etc., sempre buscando obstinadamente reduzir seus custos e ampliar sua lucratividade. Eis que então ele se vê diante da possibilidade de acessar uma patente industrial que o permitirá realizar sua produção de modo mais eficiente. Porém, para aplicá-la terá que pagar uma quantia monetária ao detentor desse registro intelectual. Então, ele compra o direito de acessá-la e organiza sua produção tendo em vista o modelo de utilidade sugerido, conseguindo com isso reduzir seus custos individuais perante aos demais produtores do setor de produção que atua. Seu preço de produção individual é agora menor que o preço de produção do setor, e esse capitalista vê surgir diante de si um lucro extra, um sobrelucro do qual poderia se apropriar. Ocorre que o acesso a essa patente só foi possível mediante um pagamento, que se funda justamente na quantia extra que formou seu lucro excepcional, que é então transformada em renda da propriedade intelectual. Ou seja, a aplicação de um determinado conhecimento na produção proporciona a certo capitalista produzir por um custo individual inferior ao custo social, originando daí um lucro extra. Todavia, como esse conhecimento é de

13 Isso fica ainda mais claro quando analisamos a legislação sobre propriedades intelectuais. Nela, o poder coercitivo é explicitamente estabelecido: a propriedade, na verdade, é um direito de impedir terceiros de praticarem uma ação com base em uma informação. A legislação brasileira sobre patentes é clara: “A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar, com os seguintes propósitos: I – produto objeto de patente; II- processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado” (art. 42 BRASIL, 1996).

propriedade de outrem, o sobrelucro gerado é agora metamorfoseado em renda devida ao proprietário do mesmo. Ela é oriunda do lucro diferencial que uma inovação confere à produção, convertendo-se em renda da propriedade intelectual em favor do detentor da patente. Eis que a renda em questão é formada de modo semelhante à renda diferencial da terra.

Logo, o ciclo de produção industrial, $D - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \dots P \dots M' - D' \left\{ \begin{matrix} D \\ \Delta D \end{matrix} \right. \right.$, é visto, pelo capitalista que acessa a propriedade intelectual – aquele que paga direitos de licença– de acordo com a seguinte forma aparente:

$$D - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \dots P_i \dots M'' - D'' \left\{ \begin{matrix} D \\ \Delta D' \end{matrix} \right. \right.$$

De modo que $\Delta D' - \Delta D = \Delta D *$. Sendo assim, o capitalista adquire a licença de uso da propriedade intelectual (i) como um investimento, um custo de produção, e por isso visualiza a compra dessa permissão como uma máquina, um capital fixo, que aplicada na produção (P_i), permite o aumento da produtividade de seu negócio, elevando a quantidade de mercadorias que produz no mesmo intervalo de tempo (M''). Assim, ao vendê-las, o capitalista adquire um ganho adicional ($\Delta D *$), acima daquele que recebia quando não empregava esse conhecimento em sua produção. Parece portanto, para ele, que a propriedade intelectual é a fonte desse lucro extra. Parece que dela emana valor, quando certamente é desprovida desse poder. Por outro lado, o lucro extra despontado (ou parte dele) será então subitamente convertido em renda em favor do capitalista que desenvolve a produção intelectual. Ela é o resultado do ganho diferencial entre a produção que faz uso da propriedade intelectual e àquela que não faz.

Portanto, o conhecimento, assim como a terra, tem a capacidade de ampliar a produtividade do trabalho em diferentes graus e formas. Esta última devido às qualidades naturais excepcionais de alguns terrenos em relação aos outros, como fertilidade mais elevada do solo, localização privilegiada, assim como a existência de outros atributos naturais que, aplicados na produção, possa torná-la mais

produtiva. O conhecimento, ao ser aplicado, pode igualmente gerar resultados mais eficientes para determinadas produções. A diferença é que a terra não pode ser reproduzida pelo homem, logo, existe em quantidades limitadas, enquanto o conhecimento pode ser reproduzido infinitamente, não havendo limites para ser acessado. À medida que barreiras são erguidas para acessar o conhecimento, ele tende a se realizar economicamente de forma semelhante à terra¹⁴.

Ainda é preciso esclarecer uma questão fundamental desse fato. Da mesma forma que Marx verificou que a renda da terra não advém simplesmente de sua propriedade, a renda da propriedade intelectual também não é oriunda da instituição privada do conhecimento. Não é a sua mera propriedade que proporciona a geração de lucros excepcionais ao capitalista que o acessa. Esses sobrelucros seriam gerados mesmo se não houvesse propriedade do conhecimento. Aliás, foi exatamente o que verificamos ao observar o fenômeno da formação da mais-valia extra. A propriedade capacita o titular de um registro intelectual a trazer para si o sobrelucro gerado na produção que emprega o conhecimento monopolizado. Lembrando que esse lucro extra desaparece assim que o custo médio de produção do setor atinge o nível conquistado pelo capitalista individual que acessou a propriedade imaterial.

Vejamos ainda uma questão paralela. A renda diferencial da propriedade intelectual somente se forma devido à possibilidade do conhecimento ser subtraído da sociedade, fazendo com que o advento da mais-valia extra esteja cada vez mais vinculado ao pagamento de uma renda para se introduzir inovações. Ou seja, o fenômeno espontâneo de ampliação e reprodução do capital encontra barreiras quando impede os capitalistas de se apropriarem de um possível lucro extra, que surgiria ao adotarem um novo método de produção, se para isso for necessário transformarem seu ganho adicional em renda em favor de quem agora é proprietário do conhecimento que aplicou.

14 Teixeira e Rotta (2009) associam às restrições criadas ao conhecimento aos cercamentos de terra, seriam formas modernas dos mesmos, ou “*new enclosures*”.

Ainda, além da renda diferencial da propriedade intelectual, há outra possibilidade do conhecimento se realizar economicamente: através de uma renda absoluta. Vejamos como ela ocorre. Para isso, suponhamos que um determinado capitalista, do setor farmacêutico, por exemplo, decida produzir vacinas para gripe. Ocorre que o método de produção dessas vacinas foi patenteado e só poderá produzir vacinas para gripe quem pagar pela permissão de acesso a essa patente. O capitalista é, portanto, impedido de desenvolver a vacina, já que só a fará mediante o pagamento de uma licença ao detentor da patente, fenômeno que representa uma barreira para a produção capitalista. Suponha agora que ele decida pagar pela licença da patente e realizar sua produção. Mas, como fará? Ele elevará o preço da vacina que produz acima de seu preço de produção, obtendo com isso um excedente em lucro, que será convertido em renda absoluta da propriedade intelectual, em favor do proprietário da patente.

Perceba que a renda deriva de uma barreira que é erguida para impedir a aplicação de determinado conhecimento na produção, fazendo com que ela somente seja realizada se os preços das mercadorias aí produzidas sejam elevados acima do preço de produção, até o ponto que haja um excedente suficiente para convertê-lo em renda em favor do titular da propriedade intelectual.

Decorre desse fato que a propriedade do conhecimento é a causa do encarecimento do produto e não o contrário, pois não foi o fato de ser vendido acima do preço de produção, que a renda foi gerada. Portanto, distinta da renda diferencial, que se dá pelas diferenças entre custo individual e o custo médio numa mesma esfera de produção, a renda absoluta é determinada pela elevação do preço de venda em relação ao preço de produção em alguns setores específicos, ocasionados pela impossibilidade de produzir sem a licença de um registro intelectual. Ela é originada desse modo pela propriedade em si e não pela diferença de produtividade alcançado no interior de um setor produtivo. Logo, forma-se uma renda de monopólio: renda absoluta da propriedade intelectual.

Após analisada as duas possibilidades de remuneração da propriedade intelectual, vejamos ainda um ponto importante em toda essa dinâmica. Notamos

que a remuneração dessa propriedade se forma a partir de uma renda que é apenas uma redistribuição de valor gerado na produção. Logo, entendemos que a propriedade intelectual não é fonte de valor, mas apenas possibilita sua apropriação quando tornado “mercadoria”, assim como também faz a terra. Ou seja, a inserção do conhecimento na produção dá condições para que o trabalho se desenvolva de forma mais eficiente – ou apenas permite que ele seja realizado –, no entanto, sobreviverá unicamente enquanto ideias se não forem executadas pelo trabalho. Isto é, o conhecimento fornece as condições que permite o capitalista obter uma maior lucratividade, mas jamais podemos afirmar que ele é fonte de lucro e, logo, de valor. Concordar com tais argumentos é como admitir que o capital, ou melhor, a maquinaria, seja capaz de ampliar o valor das mercadorias e assim contribuir na criação de valor da mesma forma que o trabalho¹⁵. Portanto, assim como no século XVIII havia o entendimento de que a terra criava valor e, no século XIX que a maquinaria seria fonte dele, hoje existe a ilusão de que o conhecimento gera valor¹⁶. Nessas condições entendemos que a teoria marxista do valor oferece as bases necessárias para analisar o processo de inserção do conhecimento na produção capitalista tal como hoje se estabelece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção intelectual hoje torna ainda mais complexa a análise da dinâmica do processo de acumulação capitalista e seus desdobramentos, sobretudo porque essa produção não demonstra uma relação direta com a criação de valor, escondendo o que há verdadeiramente por trás desse movimento. A obscuridade das relações que então se estabelecem facilitam interpretações que levam em conta somente a forma aparente desse processo.

15 Para uma visão mais detalhada a esse respeito cf. Caffentzis (1997).

16 Gorz, por exemplo, entende que o conhecimento desempenha o papel de um capital fixo na produção, sendo assim fonte de valor: “Mas a verdadeira novidade, ‘revolucionária’, está ainda em outro lugar: é que o conhecimento, separado de todo produto no qual esteve ou está incorporado, pode exercer em si mesmo, e por si mesmo, uma ação produtiva na forma de programas de computador. Ele pode [...] desempenhar o papel de um capital fixo, substituindo o trabalho vivo, material ou imaterial, por trabalho acumulado [...]” (GORZ, 2003, p. 37).

Percebemos com isso a importância de realizar uma análise que procurasse descortinar uma série de relações antes imperceptíveis evidenciando os reais elementos que forjam as consequências desse processo. Para isso verificamos a sua inserção e seu papel na produção capitalista. Percebemos que a produção de conhecimento sempre esteve atrelada à dinâmica do capital: a descoberta científica possibilita o capitalista aumentar sua taxa de lucro ao lhe proporcionar um aumento de produtividade. No entanto, as inovações que antes eram descobertas e assimiladas como um bem coletivo (fruto do trabalho universal) tornam-se, num determinado momento, propriedade privada. Barreiras legais artificiais se erguem para restringir o acesso ao conteúdo dos bens intelectuais, visto que por sua natureza não-rival e abundante, esses bens não poderiam ser apropriados e terem preços. Nesse ponto, demonstramos como a remuneração da propriedade do conhecimento pode ser entendida de forma semelhante à renda da terra, ou seja, de algo que é desprovido de valor. Não obstante, após toda essa análise, compreendemos que a teoria do valor fornece as bases mais completas para a compreensão da produção de conhecimento no capitalismo contemporâneo.

Há, contudo, ainda uma série de análises que se fazem necessárias dadas as desconhecidas consequências de todo esse processo para a acumulação capitalista, principalmente quando verificado o crescimento das transações monetárias que envolvem a produção do conhecimento¹⁷. Como essas novas propriedades aparecem como mercadorias, que são produzidas e transacionadas por empresas que se inserem exclusivamente nesse ramo de produção, é ainda preciso compreender como a produção do conhecimento se autonomiza do ciclo do capital industrial.

Mas o que isso pode implicar para o processo de acumulação do capital? Há nessa dinâmica, segundo Perelman (2003), uma série de implicações contrárias ao progresso tecnológico e científico no capitalismo. Em primeiro lugar, a privatização do conhecimento impede a circulação das informações, essência do

17 Um exemplo peculiar fornecido por Pinto e Carlotto (2015) em artigo sobre essa temática, refere-se à lucratividade da empresa Microsoft. Em 2014, segundo os autores, ela faturou algo em torno de US\$ 93,3 bilhões referente às licenças de uso de seus softwares, apresentando um valor de mercado de US\$ 340 bilhões para aquele ano. Cifra comparável ao PIB da Colômbia em 2013 (US\$ 378 bilhões).

avanço científico, além de incentivar as disputas entre empresas pela propriedade das patentes. Com isso, o trabalho dos cientistas é desviado para a compreensão das ramificações legais dos direitos de propriedade intelectual, dissipando os esforços que deveriam ser dedicados à criação de conhecimento. Há ainda corporações que se direcionam somente ao acúmulo de patentes, registrando-as no máximo de territórios possíveis e agindo de forma imperialista com os demais países ao impedi-los de acessar o conhecimento. Também, segundo Perelman, a elevação dos preços que resulta desses direitos de monopólios são responsáveis pela transferência de enormes quantias de renda e riqueza para um pequeno número de empresas que dispõem dessas propriedades. É nesse sentido que Theotonio dos Santos (2011) afirma que a propriedade intelectual aprofunda a relação de dependência entre os países¹⁸

Há ainda outro aspecto que deve ser levado em conta. Todas essas invenções e ideias novas que são hoje apropriáveis, não são de fato fruto da contribuição de uma única pessoa, mas do conjunto da sociedade que, a todo momento, descobre, transforma e inova. Como observou Perelman: *“By the time technology is mature enough to propose to the patent office, absolutely nobody could determine the relative contributions of the various people involved”* (PERELMAN, 2003, p. 306). E ainda acrescenta: *“[...] the first to make a claim with the patent system supposedly deserves the exclusive right to the discovery, while offering absolutely nothing to the others who have contributed to its creation”* (PERELMAN, 2003, p. 307). Não há, dessa forma, como designar o verdadeiro inventor de um conhecimento, uma vez que toda invenção carrega consigo informações desenvolvidas por outros. As concessões de patentes são, assim, a forma jurídica que permite a extorsão da sociedade daquilo que por natureza a pertence.

18 *“La utilización de ciertas máquinas, procesos ya patentes trae consigo un sobrecargo que se expresa en un contrato de “asistencia técnica”. Estos extorsivos contratos son formas directas de expropiación de recursos de los países dependientes. Corresponden en general al que se puede llamar secreto tecnológico o industrial. Puede tratarse del diseño de una máquina o un mecanismo que se mantiene oculto y cuyo derecho de uso se reserva a ciertas firmas especiales; puede tratarse de una técnica determinada, conocimiento cualquiera cuya ocultación asegura a sus propietarios una renta determinada”* (SANTOS, 2011, p. 387).

Afinal, as ideias que inovam os processos produtivos, permitindo a elevação da produtividade do trabalho, sempre existiram. Na forma de inventos, melhorias de métodos de produção, máquinas aperfeiçoadas, tais ideias eram guardadas como segredos industriais, até o momento em que eram assimiladas por toda a sociedade, integrando o chamado “trabalho em geral” do Marx. Hoje, essas inovações são apropriáveis e, a partir do momento que a produção capitalista se apodera delas e as monopoliza, garantem uma renda a quem primeiro registra a ideia como sua. O que era livre e disponível a todos tornou-se uma propriedade. E é a existência dessa propriedade privada, a propriedade intelectual, que confere ao capitalismo atual uma aparência diferenciada – mas mantém sua essência inviolada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Mota E. Patentes segundo a abordagem neo-schumpeteriana: uma discussão introdutória. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 4, 2008.

ARROW, Kenneth J. **Economic Welfare and the Allocation of Resources for Invention**. Santa Monica: RAND Corporation, 1959.

BRASIL. LEI N 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. 1996.

CAFFENTZIS, C. G. Why Machines Cannot Create Value; or, Marx’s Theory of Machines. In: DAVIS, J.; HIRSCHL, T.; STACK, M. (Eds.). **Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution**. London/ New York: Verso, 1997.

CORIAT, Benjamin. O novo regime de propriedade intelectual e sua dimensão imperialista: implicações para as relações norte/sul. In: BNDES. **Desafios do crescimento: instituições, investimentos, competitividade e tecnologia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002, p.375-396.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005. [Ano da publicação original: 2003]

HUWS, U. Vida, Trabalho e Valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 13–30, 2014.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. III, Tomo 2 [Ano da publicação original: 1894b]

_____. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. III, Tomo 1 [Ano da publicação original: 1894a]

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. II [Ano da publicação original: 1867]

_____. **O Capital**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. v. I [Ano da publicação original: 1867]

MCCLURE, I. D. The value of IP as a commodity. **Intellectual Asset Management**, p. 29–37, jun. 2011.

NELSON, Richard. The simple economics of basic scientific research. **Journal of Political Economy**, n. 6, pp. 297-306, 1959.

PAULANI, L. M. O papel da força produtiva do trabalho no processo de produção: Uma análise dos dilemas contemporâneos. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 4, n. 31, 2001.

PERELMAN, M. Intellectual Property Rights and the Comodity Form: New Dimensions in the Legislated Transfer os Surplus Value. **Review of Radical Political Economics**, v. 35, n. 3, p. 304–311, 2003.

PINTO, José Paulo Guedes; CARLOTTO, Maria Caraméz. **A divisão do trabalho no século XXI**: um estudo sobre o peso da propriedade intelectual na relação EUA-América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 5., 2015, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABRIL, 2015.

PAGANOTO MOURA, Pollyanna. **Trabalho imaterial e teoria do valor**: uma análise da produção do conhecimento na sociedade capitalista. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. [Ano da publicação original:1817].

SANTOS, T. DOS. **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. TEIXEIRA, R. A. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. **EconomiA**, v. 10, n. 2, p. 421–456, mai/ago 2009.

_____; ROTTA, T. N. **Modern Rent-Bearing Capital: New Enclousers, Knowledge-Rent and the Financialization of Monopoly Rights**. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE EASTERN ECONOMIC ASSOCIATION. New York, 2009.

CAPÍTULO 5

ADAPTAÇÕES DO MÉTODO FÔNICO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Leonarda Carvalho de Macedo

Doi: 10.48209/978-65-84959-68-6

Resumo: Este artigo revisou o Método Fônico e suas adaptações para alunos com necessidades especiais, destacando a importância de estratégias complementares para promover a alfabetização inclusiva. Exploramos recursos como tecnologia assistiva, jogos educacionais e materiais sensoriais, evidenciando sua eficácia no apoio ao ensino do Método Fônico. Concluímos que, ao adotar uma abordagem holística e colaborativa, educadores podem criar um ambiente de aprendizagem inclusivo onde todos os alunos têm a oportunidade de desenvolver habilidades sólidas de leitura e alcançar seu pleno potencial.

Palavras-chave: Método Fônico, adaptações, necessidades especiais, estratégias complementares, tecnologia assistiva, jogos educacionais, materiais sensoriais, alfabetização inclusiva.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação inclusiva tem ganhado destaque como uma abordagem fundamental para promover igualdade de oportunidades e acessibilidade educacional para todos os alunos, independentemente de suas habilidades

ou necessidades. Nesse contexto, o Método Fônico tem sido reconhecido como uma ferramenta eficaz no ensino da leitura, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento das habilidades de decodificação e compreensão de texto. No entanto, para alunos com necessidades especiais, como aqueles com deficiências de aprendizagem, transtornos do espectro autista (TEA) e outras condições que afetam o aprendizado da leitura, podem ser necessárias adaptações específicas para garantir o sucesso dessa abordagem. Esta revisão bibliográfica tem como objetivo explorar as adaptações do Método Fônico para atender às necessidades desses alunos, identificando estratégias eficazes e recursos disponíveis na literatura acadêmica.

Diversos estudos têm destacado os benefícios do Método Fônico para o desenvolvimento da alfabetização inicial, enfatizando sua ênfase na associação entre sons e letras e sua abordagem sistemática para o ensino da leitura. Autores como Ehri (2005) e Torgesen (2006) ressaltam a importância de ensinar habilidades de decodificação de forma explícita e sistemática, proporcionando aos alunos uma compreensão sólida dos princípios alfabéticos e fonológicos que sustentam o processo de leitura. No entanto, para alunos com necessidades especiais, podem surgir desafios adicionais que requerem adaptações específicas do Método Fônico para garantir sua eficácia.

Uma das principais preocupações ao adaptar o Método Fônico para alunos com necessidades especiais é garantir que as estratégias de ensino sejam acessíveis e relevantes para as suas habilidades e estilos de aprendizagem individuais. Pesquisadores como Snowling (2013) e Fletcher (2007) destacam a importância de abordagens diferenciadas e flexíveis, que levem em consideração as necessidades específicas de cada aluno e ofereçam suporte individualizado ao longo do processo de aprendizagem da leitura.

Ao examinar a literatura acadêmica sobre o tema, é possível identificar uma variedade de adaptações do Método Fônico que têm sido propostas e implementadas com sucesso em diferentes contextos educacionais. Essas adaptações

incluem modificações na instrução, materiais e avaliação, bem como o uso de recursos e estratégias complementares que visam tornar o ensino da leitura mais acessível e envolvente para alunos com necessidades especiais.

FUNDAMENTOS DO MÉTODO FÔNICO

O Método Fônico é uma abordagem de ensino da leitura que se baseia na associação sistemática entre sons e letras, proporcionando aos alunos uma compreensão sólida dos princípios alfabéticos e fonológicos que sustentam o processo de decodificação da escrita. Conforme enfatizado por Torgesen (2006), essa metodologia fundamenta-se no princípio de que as letras representam sons específicos da fala, e seu ensino explícito permite que os alunos usem esse conhecimento para decodificar palavras escritas de forma eficaz. Essa abordagem direta e estruturada tem sido amplamente reconhecida como uma base fundamental para o desenvolvimento da alfabetização inicial.

Uma das características distintivas do Método Fônico é sua abordagem sistemática e progressiva para o ensino da leitura, que se baseia em uma sequência lógica de habilidades fonêmicas e alfabéticas. Conforme observado por Snowling (2013), essa progressão cuidadosamente planejada começa com o ensino de sons individuais e sílabas simples, progredindo gradualmente para padrões de grafemas mais complexos. Essa progressão gradual permite que os alunos desenvolvam uma compreensão abrangente do sistema alfabético, fornecendo uma base sólida para a leitura e a escrita.

Além disso, o Método Fônico enfatiza a importância da prática repetida e da consolidação do conhecimento por meio de atividades estruturadas e orientadas pelo professor. Segundo Fletcher (2007), a prática regular da leitura de palavras decodificáveis e sua aplicação em contextos significativos são essenciais para a consolidação das habilidades de decodificação e a fluência na leitura. Essa ênfase na prática sistemática e na aplicação do conhecimento é fundamental para garantir o sucesso dos alunos no desenvolvimento da alfabetização.

Em resumo, o Método Fônico oferece uma abordagem sólida e baseada em evidências para o ensino da leitura, enfatizando a associação entre sons e letras, uma progressão sistemática de habilidades e a prática regular e orientada pelo professor. Esses princípios fundamentais fornecem uma base sólida para o desenvolvimento da alfabetização inicial e têm sido amplamente reconhecidos como essenciais para o sucesso dos alunos no domínio da leitura e da escrita.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A implementação do Método Fônico para alunos com necessidades especiais apresenta desafios únicos que exigem abordagens adaptativas e estratégias diferenciadas. Embora esse método seja amplamente reconhecido por sua eficácia no ensino da leitura, sua aplicação para alunos com deficiências de aprendizagem, transtornos do espectro autista (TEA) e outras necessidades especiais requer considerações adicionais. Como observado por Vellutino e Scanlon (2002), os alunos com dificuldades de aprendizagem podem enfrentar desafios na compreensão e aplicação das correspondências entre letras e sons, exigindo um suporte adicional para internalizar esses conceitos fundamentais.

Um dos principais desafios na implementação do Método Fônico para alunos com necessidades especiais está na adaptação das estratégias de ensino para atender às suas necessidades individuais. De acordo com Lyon (2003), é essencial que os educadores identifiquem as dificuldades específicas de cada aluno e desenvolvam planos de ensino individualizados que abordem suas necessidades únicas. Isso pode envolver a utilização de materiais de ensino diferenciados, estratégias de ensino multissensoriais e apoio individualizado para garantir que todos os alunos possam acessar o currículo de forma significativa.

Outro desafio significativo é garantir a motivação e o engajamento dos alunos com necessidades especiais no processo de aprendizagem da leitura. Como destacado por Shaywitz (2003), muitos alunos com dificuldades de aprendiza-

gem podem enfrentar frustrações e desânimo ao enfrentar os desafios iniciais da decodificação de palavras. Nesse sentido, é fundamental que os educadores adotem uma abordagem positiva e encorajadora, fornecendo apoio emocional e reconhecimento dos progressos individuais de cada aluno.

Além disso, é importante considerar as habilidades prévias de linguagem e alfabetização dos alunos com necessidades especiais ao implementar o Método Fônico. Como observado por Adams (1990), alguns alunos podem apresentar atrasos significativos no desenvolvimento da linguagem oral e, portanto, podem necessitar de intervenções adicionais para desenvolver habilidades fonológicas básicas. Portanto, é essencial que os educadores realizem uma avaliação cuidadosa das habilidades de cada aluno e ajustem o ensino de acordo com suas necessidades individuais.

Apesar dos desafios, é importante ressaltar que o Método Fônico tem se mostrado eficaz mesmo para alunos com necessidades especiais, proporcionando-lhes uma base sólida para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Como destacado por Hulme e Snowling (2009), o ensino explícito e sistemático das correspondências entre letras e sons tem demonstrado ser uma estratégia eficaz para melhorar as habilidades de decodificação e compreensão de texto, mesmo para alunos com dificuldades de aprendizagem. Portanto, ao enfrentar os desafios na implementação do Método Fônico para alunos com necessidades especiais, é essencial reconhecer e aproveitar sua eficácia comprovada como uma ferramenta poderosa para promover a alfabetização inclusiva e acessível.

ADAPTAÇÕES RECOMENDADAS DO MÉTODO FÔNICO

As adaptações recomendadas do Método Fônico para alunos com necessidades especiais são fundamentais para garantir que todos os alunos possam se beneficiar dessa abordagem de ensino da leitura. Uma revisão da literatura revela uma série de adaptações sugeridas por pesquisadores e educadores, abrangendo diferentes aspectos da instrução, dos materiais e da avaliação.

Em termos de instrução, uma das adaptações mais recomendadas é o uso de estratégias diferenciadas e individualizadas para atender às necessidades específicas de cada aluno. Pesquisadores como O'Connor e Klein (2004) destacam a importância de uma abordagem flexível que permita aos educadores adaptarem suas práticas de ensino de acordo com as habilidades e dificuldades individuais dos alunos. Isso pode envolver a utilização de recursos visuais, auditivos e táteis para reforçar os conceitos ensinados e proporcionar múltiplas oportunidades de prática e revisão.

Além disso, a seleção e adaptação dos materiais de ensino são aspectos cruciais na implementação do Método Fônico para alunos com necessidades especiais. Segundo Adkins e Ellis (2019), é importante escolher materiais que sejam visualmente claros e facilmente compreensíveis, com fontes legíveis e imagens significativas. Além disso, é recomendável adaptar os materiais para atender às necessidades individuais dos alunos, fornecendo suporte adicional, se necessário, por meio de recursos como cartões de imagem, jogos interativos e textos adaptados.

No que diz respeito à avaliação, as adaptações também desempenham um papel crucial na garantia de que os alunos com necessidades especiais sejam avaliados de forma justa e precisa. Pesquisadores como Berninger e Wolf (2018) sugerem o uso de instrumentos de avaliação adaptados, que levem em consideração as habilidades e dificuldades específicas dos alunos, bem como sua progressão individual ao longo do tempo. Isso pode envolver a utilização de testes de avaliação diferenciados, portfólios de trabalhos e observações sistemáticas do progresso do aluno no desenvolvimento da leitura.

Em resumo, as adaptações recomendadas do Método Fônico para alunos com necessidades especiais abrangem uma variedade de aspectos, desde a instrução até os materiais e a avaliação. Ao implementar essas adaptações de forma cuidadosa e individualizada, os educadores podem garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver suas habilidades de leitura de maneira eficaz e significativa.

RECURSOS E ESTRATÉGIAS COMPLEMENTARES

A utilização de recursos adicionais e estratégias complementares é fundamental para enriquecer o ensino do Método Fônico e proporcionar um ambiente de aprendizagem mais acessível e inclusivo para alunos com necessidades especiais. Dentre os recursos mais eficazes destacam-se a tecnologia assistiva, jogos educacionais e materiais sensoriais, que podem ser integrados de forma criativa às práticas de ensino.

A tecnologia assistiva tem se mostrado uma ferramenta poderosa para apoiar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Aplicativos e softwares específicos podem oferecer exercícios interativos de prática de fonética e jogos de leitura que adaptam o nível de dificuldade de acordo com o progresso do aluno. Uma atividade sugerida é a utilização de aplicativos de leitura fonética, nos quais os alunos podem praticar a identificação de sons e letras de forma lúdica e envolvente.

Os jogos educacionais também são recursos valiosos para promover a aprendizagem do Método Fônico de maneira divertida e motivadora. Jogos de tabuleiro, quebra-cabeças e jogos de cartas podem ser adaptados para incluir exercícios de decodificação de palavras e prática de habilidades fonêmicas. Uma atividade sugerida é a criação de um jogo de bingo fonético, no qual os alunos precisam identificar os sons correspondentes às letras sorteadas e marcar as palavras correspondentes em seus cartões.

Além disso, o uso de materiais sensoriais pode proporcionar uma experiência de aprendizagem mais concreta e tangível para alunos com necessidades especiais. Materiais como letras e sílabas táteis, blocos de construção e areia cinética podem ser utilizados para reforçar os conceitos de letras e sons de forma prática e manipulativa. Uma atividade sugerida é a criação de um tapete de letras táteis, no qual os alunos podem traçar as letras com os dedos e dizer os sons correspondentes em voz alta.

Ao integrar esses recursos e estratégias complementares ao ensino do Método Fônico, os educadores podem proporcionar aos alunos com necessidades especiais uma variedade de experiências de aprendizagem que atendam às suas necessidades individuais e promovam o desenvolvimento de habilidades de leitura de forma eficaz e significativa.

OUTROS RECURSOS DINÂMICOS LÚDICOS

Além dos recursos e estratégias mencionados anteriormente, existem várias outras formas criativas e eficazes de trabalhar o Método Fônico. Aqui estão algumas sugestões adicionais:

1. **Canções e rimas fonéticas:** Incorporar canções e rimas que enfatizam sons específicos ou padrões de letras pode ser uma maneira divertida e memorável de reforçar os conceitos fonéticos. Os alunos podem cantar junto e identificar os sons das letras enquanto participam de atividades musicais.
2. **Leitura em voz alta e em grupo:** Realizar sessões regulares de leitura em voz alta, tanto individualmente como em grupo, permite que os alunos pratiquem a decodificação de palavras em um contexto autêntico. Isso também promove a fluência na leitura e a compreensão de textos.
3. **Atividades de segmentação e mistura de sons:** Proporcionar oportunidades para os alunos segmentarem e misturarem sons para formar palavras novas é uma prática fundamental no Método Fônico. Atividades como quebra-cabeças de palavras, jogos de construção de palavras e cartões de sons podem ser utilizadas para desenvolver essas habilidades.
4. **Exploração de palavras-chave:** Identificar palavras-chave ou palavras de alta frequência que seguem padrões fonéticos específicos pode ajudar os alunos a internalizar esses padrões. Os educadores podem criar listas de palavras-chave para que os alunos pratiquem a identificação de sons e padrões fonéticos.

5. **Jogos de tabuleiro e cartas:** Jogos de tabuleiro e cartas que envolvem atividades de decodificação de palavras e reconhecimento de sons podem ser uma maneira envolvente de praticar habilidades fonéticas. Os alunos podem competir entre si ou trabalhar em equipes para completar desafios relacionados à leitura fonética.
6. **Leitura em pares ou em trios:** Organizar sessões de leitura em pares ou em trios permite que os alunos pratiquem as habilidades fonéticas uns com os outros. Eles podem alternar os papéis de leitor e ouvinte, fornecendo feedback e apoio mútuo durante o processo de aprendizagem.
7. **Diário fonético:** Encorajar os alunos a manter um diário fonético no qual registram palavras novas que aprenderam, padrões fonéticos que descobriram e exemplos de sons que encontraram em suas leituras pode ajudar na consolidação do aprendizado e na reflexão sobre seu próprio progresso.

Ao incorporar uma variedade de estratégias de ensino, os educadores podem oferecer aos alunos uma experiência de aprendizagem rica e diversificada que promove o domínio do Método Fônico e o desenvolvimento da alfabetização de maneira abrangente.

A utilização de canções e rimas fonéticas como estratégia de ensino no Método Fônico tem sido amplamente reconhecida por sua eficácia em envolver os alunos e facilitar a memorização de sons e padrões de letras. Segundo Adams (1990), “a música pode ser uma poderosa ferramenta pedagógica, pois envolve múltiplos sentidos e ativa áreas do cérebro associadas à memória e ao aprendizado”. Ao incorporar canções e rimas que enfatizam sons específicos, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem lúdico e estimulante, onde os alunos se sentem motivados a participar ativamente do processo de decodificação de palavras.

Além disso, atividades de leitura em pares ou em trios têm sido elogiadas por sua capacidade de promover a colaboração entre os alunos e fornecer um ambiente de aprendizagem socialmente rico. De acordo com Shanahan e Shanahan (2008), “a leitura em pares oferece aos alunos a oportunidade de discutir e

negociar significados, compartilhar estratégias de decodificação e construir compreensão conjunta dos textos”. Ao trabalhar em conjunto para decodificar palavras e compreender textos, os alunos desenvolvem habilidades de leitura crítica e aprendem uns com os outros, construindo uma compreensão mais profunda e significativa do conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, exploramos a relevância do Método Fônico como uma abordagem fundamental no ensino da leitura, especialmente para alunos com necessidades especiais. Através de uma revisão abrangente da literatura, examinamos adaptações recomendadas, recursos e estratégias complementares que visam tornar o Método Fônico mais acessível e eficaz para esse público. Ficou claro que, embora o Método Fônico seja uma base sólida para a alfabetização inicial, sua implementação bem-sucedida requer uma abordagem adaptativa e diferenciada que leve em consideração as necessidades individuais dos alunos.

Uma das principais conclusões deste estudo é a importância de uma abordagem holística e inclusiva no ensino do Método Fônico. Ao integrar recursos e estratégias complementares, como tecnologia assistiva, jogos educacionais e materiais sensoriais, os educadores podem proporcionar aos alunos uma variedade de experiências de aprendizagem que atendam às suas necessidades individuais e promovam o desenvolvimento de habilidades de leitura de forma eficaz e significativa.

É fundamental reconhecer que o sucesso do Método Fônico na promoção da alfabetização de alunos com necessidades especiais depende não apenas da seleção adequada de estratégias e materiais, mas também do apoio contínuo e da colaboração entre educadores, famílias e profissionais de apoio. Ao trabalharmos juntos para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível, podemos garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e desenvolver habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e além.

Portanto, concluímos que o Método Fônico, quando combinado com estratégias complementares adaptadas às necessidades individuais dos alunos, continua a ser uma ferramenta poderosa e eficaz no ensino da leitura para alunos com necessidades especiais. Ao investirmos no desenvolvimento e na implementação dessas práticas baseadas em evidências, estamos trabalhando para criar um futuro mais inclusivo e equitativo para todos os alunos, onde cada criança tenha a oportunidade de desenvolver habilidades sólidas de alfabetização e alcançar seu pleno potencial.

REFERÊNCIAS

- Adams, M. J. (1990). *Iniciando a Leitura: Pensando e Aprendendo sobre a Escrita*. Editora MIT Press.
- Adkins, A., & Ellis, E. (2019). Instrução Fonética para Alunos com Deficiência Intelectual: Uma Revisão Sistemática. *Education and Training in Autism and Developmental Disabilities*, 54(1), 94-108.
- Berninger, V. W., & Wolf, B. J. (2018). *Ensinando Estudantes com Dislexia e Disgrafia: Lições do Ensino e da Ciência*. Brookes Publishing Company.
- Lyon, G. R. (2003). Deficiências de Aprendizagem. *The Future of Children*, 13(1), 39-59.
- O'Connor, R. E., & Klein, M. D. (2004). A Instrução em Leitura Fornecida a Alunos com Deficiências de Aprendizagem: Resultados de uma Pesquisa Nacional. *Learning Disabilities Research & Practice*, 19(3), 133-144.
- Shanahan, T., & Shanahan, C. (2008). Ensinando a Literacia Disciplinar aos Adolescentes: Repensando a Literacia de Áreas de Conteúdo. *Harvard Educational Review*, 78(1), 40-59.
- Shaywitz, S. (2003). *Superando a Dislexia: Um Programa Novo e Completo Baseado na Ciência para Problemas de Leitura em Qualquer Nível*. Alfred A. Knopf.
- Vellutino, F. R., & Scanlon, D. M. (2002). Processamento Fonológico e Deficiências de Leitura: Evidências de um Estudo de Pesquisa Longitudinal. *Scientific Studies of Reading*, 6(4), 361-383.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.



PESQUISAS CIENTÍFICAS BRASILEIRAS:

Grandes contribuições

Volume III

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914

